**OS DIREITOS HUMANOS E O CASO DA GUERRILHA DO ARAGUAIA**

LOS DERECHOS HUMANOS Y EL CASO DEL GUERRILLA DE ARAGUAIA

Cleiton Pazello Soares[[1]](#footnote-1)

**RESUMO**

O presente artigo discorre acerca dos direitos humanos e o caso da Guerrilha do Araguaia, episódio da ditadura civil-militar brasileira, organizada pelo Partido Comunista do Brasil, como forma de luta contra a ditadura militar. Com relação aos objetivos específicos, propõe a pesquisa dos direitos humanos, demonstrando que todas as pessoas são destináveis a esses direitos, sem discriminação, uma vez que se tratam daqueles direitos humanos e fundamentais protegidos pela CRFB/88; destaca a questão do crime de tortura e a posição do ordenamento jurídico brasileiro acerca deste; e, investiga o caso da Guerrilha do Araguaia no Brasil, bem como a posição do ordenamento jurídico brasileiro. Para isso, utilizando-se dos métodos indutivo na fase de investigação e científico como parte da observação sistemática dos fatos, da experiência, das deduções e das comprovações, por meio de filmes baseados em fatos, entrevistas com envolvidos diretamente ao caso, e reportagens de jornais e revistas da época, para os resultados, identifica os efeitos que a detenção arbitrária, a tortura, e o desparecimento forçado de pessoas por parte do Estado, como no caso da Guerrilha do Araguaia geraram aos direitos humanos e aos princípios fundamentais resguardados pela CRFB/88, bem como a reação do Estado, mediante o sofrimento dos familiares das vítimas e ao seu direito ao luto, e o choque com sua divergente Lei de Anistia*.*

**PALAVRAS/EXPRESSÕES CHAVE:** direitos humanos;crime de tortura; guerrilha do Araguaia; lei de anistia.

**RESUMEN**

*Este artículo aborda los derechos humanos y el caso de la Guerrilha do Araguaia, un episodio de la dictadura cívico-militar brasileña, organizado por el Partido Comunista de Brasil, como una forma de combatir la dictadura militar. En cuanto a los objetivos específicos, propone la investigación de los derechos humanos, demostrando que todas las personas están destinadas a estos derechos, sin discriminación, ya que son aquellos derechos humanos y fundamentales protegidos por la CRFB/88; destaca la cuestión del delito de tortura y la posición del ordenamiento jurídico brasileño al respecto; e investiga el caso de Guerrilha do Araguaia en Brasil, así como la posición del sistema legal brasileño. Para ello, utilizando métodos inductivos en la fase investigativa y científica como parte de la observación sistemática de hechos, experiencias, deducciones y evidencias, a través de filmaciones basadas en hechos reales, entrevistas a los directamente involucrados en el caso, y reportajes de diarios y revistas de el momento, para los resultados, identifica los efectos que la detención arbitraria, la tortura y la desaparición forzada de personas por parte del Estado, como en el caso de la Guerrilha do Araguaia, generaron a los derechos humanos y a los principios fundamentales protegidos por la CRFB/88, así como la reacción del Estado, a través del sufrimiento de los familiares de las víctimas y su derecho al duelo, y el choque con su divergente Ley de Amnistía.*

***PALABRAS/EXPRESIONES CLAVE:*** *derechos humano; delito de tortura; guerrillero Araguaia; ley de amnistía.*

**INTRODUÇÃO**

O presente artigo tem por objeto os direitos humanos e o caso da Guerrilha do Araguaia.

O objetivo geral é investigar, analisar e discutir um dos episódios mais sombrios da ditadura civil-militar brasileira (1964 - 1985), o caso da Guerrilha do Araguaia, ocorrida na região norte do país na tríplice fronteira entre os estados do Pará, Maranhão e Tocantins (à época norte de Goiás) e organizada pelo Partido Comunista do Brasil - PCdoB, como principal forma de luta contra a ditadura vislumbrada por essa agremiação política, no contexto repressivo estabelecido a partir do golpe de Estado que deu início ao último período ditatorial brasileiro.

Os objetivos específicos são: (i) descrever e discutir acerca dos direitos humanos, direitos estes, inerentes a todos os seres humanos independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, religião ou qualquer outra condição; (ii) destacar a questão do crime de tortura e a posição do ordenamento jurídico brasileiro acerca do mesmo; e, (iii) investigar o caso da Guerrilha do Araguaia no Brasil, com ênfase nos fatos históricos que envolveram a problemática do tema, e como o ordenamento jurídico brasileiro se posiciona diante dessa fatídica passagem da história nacional.

Justifica-se a pesquisa pela ausência de esclarecimento sobre os desaparecimentos de pessoas por parte do Estado brasileiro com relação ao caso da Guerrilha do Araguaia, bem como aos direitos e princípios fundamentais resguardados pela CRFB/88, tendo em vista que o silêncio dos fatos, sem a entrega dos documentos relativos aos desaparecidos retrata o descomprometimento do Estado brasileiro diante do factível sofrimento dos familiares das vítimas impossibilitados de concretizar ao menos seu direito de luto. Nessa lógica, a prática de desaparecimento forçado é um crime contra a humanidade, tratando-se o caso em compreensão de particular transcendência histórica, tendo em vista que, o episódio ocorreu em um contexto de prática sistemática de detenções arbitrárias, torturas, e execuções, ressaltando o fato de que, tais crimes, foram perpetrados pelas forças de segurança do governo militar, nos quais os agentes estatais utilizaram a investidura oficial e recursos outorgados pelo Estado para fazer desaparecer a todos os membros partícipes no caso da Guerrilha do Araguaia.

A presente pesquisa utilizou-se do método indutivo, que consiste num processo mental intermediário do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contidas nas partes examinadas, a abordagem do problema foi na forma qualitativa, e quanto aos procedimentos técnicos foi caracterizada como documental e bibliográfica.

1. **OS DIREITOS HUMANOS E A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS**

Os Direitos Humanos incluem o direito à vida, à liberdade, à liberdade de opinião, à liberdade de expressão, o direito ao trabalho, o direito à educação, entre muitos outros, e, todas as pessoas são destináveis a esses direitos, sem discriminação.[[2]](#footnote-2)

Os Direitos Humanos, conforme lições de Pinheiro[[3]](#footnote-3) são comumente compreendidos como aqueles direitos inerentes ao ser humano. Destaca-se que o conceito de Direitos Humanos reconhece que cada ser humano pode desfrutar de seus direitos sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outro tipo, origem social ou nacional ou condição de nascimento ou riqueza. Ressalta ainda a autora, que os Direitos Humanos são garantidos legalmente pela Lei de Direitos Humanos, protegendo indivíduos e grupos contra ações que interferem nas liberdades fundamentais e na dignidade humana.

Com efeito, Sarlet[[4]](#footnote-4) alega não ser incomum o conceito de Direitos Humanos ser equiparado ao de Direitos Naturais, na condição de direitos inatos e inalienáveis de todo e qualquer ser humano, muito embora, também, aqui existem diversas alternativas para a justificação de um conceito de Direitos Humanos.

Todavia, Sarlet[[5]](#footnote-5) reforça que na sua vertente histórica, os Direitos Humanos (internacionais) e fundamentais (constitucionais) radicam no reconhecimento, pelo Direito Positivo, de uma série de direitos do homem que constituíam a pauta dos autores adeptos do Direito Natural. O autor alerta que, por outro lado, é possível admitir, ainda que se cuide de algo polêmico, que independentemente da existência dos Direitos Humanos e dos Direitos Fundamentais, sigam existindo direitos de natureza supra estatal, com validade universal, que inclusive vinculam e limitam as maiorias constituintes, ao passo que os Direitos Fundamentais correspondem aos direitos fundados no pacto constituinte e que limitam as maiorias parlamentares.

De fato, desde o estabelecimento das Nações Unidas em 1945, em meio ao forte lembrete sobre as barbáries da Segunda Guerra Mundial, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 - DUDH[[6]](#footnote-6) tem traçado como objetivos fundamentais a promoção e o encorajamento ao respeito aos Direitos Humanos para todos, conforme bem estipulado em seu preâmbulo:

Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram na Carta da Organização das Nações Unidas – ONU, sua fé nos Direitos Humanos fundamentais, na dignidade e no valor do ser humano e na igualdade de direitos entre homens e mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla, a Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos com o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações.[[7]](#footnote-7)

A DUDH[[8]](#footnote-8) é um documento marco na história dos direitos humanos. Elaborada por representantes de diferentes origens jurídica e cultural de todas as regiões do mundo, a Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, por meio da Resolução 217 A, (III), da Assembleia Geral como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos das nações. Ela estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos Direito Humanos.

Outros documentos já haviam sido redigidos em reação a tratamentos desumanos e injustiças, como a Declaração de Direitos Inglesa (elaborada em 1689, após as Guerras Civis Inglesas, para pregar a democracia) e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (redigida em 1789, após a Revolução Francesa, a fim de proclamar a igualdade para todos).[[9]](#footnote-9)

Depois da Segunda Guerra Mundial e da criação da Organização das Nações Unidas, também em 1945, líderes mundiais decidiram complementar a promessa da comunidade internacional de nunca mais permitir atrocidades como as que haviam sido vistas na guerra. Assim, elaboraram um guia para garantir os direitos de todas as pessoas e em todos os lugares do globo.[[10]](#footnote-10)

O documento foi apresentado na primeira Assembleia Geral da ONU em 1946 e repassado à Comissão de Direitos Humanos para que fosse usado na preparação de uma Declaração Internacional de Direitos. Na primeira sessão da Comissão em 1947, seus membros foram autorizados a elaborar o que foi chamado de "esboço preliminar da Declaração Internacional dos Direitos Humanos".[[11]](#footnote-11)

Um comitê formado por membros de oito países recebeu a Declaração e se reuniu pela primeira vez em 1947. Ele foi presidido por Eleanor Roosevelt, viúva do presidente americano Franklin D. Roosevelt. O responsável pelo primeiro esboço da Declaração, o francês René Cassin, também participou.[[12]](#footnote-12)

Para tanto, desde a sua adoção, em 1948, a DUDH foi traduzida em mais de 360 idiomas, tendo sido o documento mais traduzido do mundo, e inspirou as constituições de muitos Estados e democracias recentes. A DUDH, em conjunto com o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e seus dois protocolos opcionais (sobre procedimento de queixa e sobre pena de morte) e com o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos e Sociais e seu protocolo opcional, formam a chamada Carta Internacional dos Direitos Humanos.[[13]](#footnote-13)

Nesse sentido, Antônio Augusto Cançado Trindade[[14]](#footnote-14), aponta algumas considerações pertinentes com relação à DUDH:

[...] possibilitou o reconhecimento de que todo ser humanos independentemente das diferenças de biótipo, sexo, orientação sexual, idade, nacionalidade, etnia ou cultura, é portador de um valor a ser garantido por todos os povos.[[15]](#footnote-15)

Pinheiro[[16]](#footnote-16) considera que a incorporação dos Direitos Humanos à ordem internacional é decorrência de um longo período de avanços e retrocessos políticos e sociais. Para a autora, os Estados começam a estabelecer normas internacionais a fim de proteger a pessoa humana.

Essa proteção é contemplada pelos textos de alguns dos dispositivos legais previstos na DUDH[[17]](#footnote-17), conforme segue:

**Art. 3º** - Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

[...]

**Art. 5º** - Ninguém será submetido à tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes[[18]](#footnote-18).

Já no Brasil, esses direitos estão resguardados pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – CRFB/88[[19]](#footnote-19), de acordo com a redação do artigo 5º, conforme transcrição:

**Art. 5º** - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...].[[20]](#footnote-20)

Portanto, a DUDH visa proteger os direitos fundamentais do ser humano, uma vez que, sem eles, o ser humano não consegue participar com plenitude da vida em sociedade, sendo de extrema importância para a manutenção da paz universal.

1. **TORTURA: ORIGEM HISTÓRICA E CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS**

A palavra tortura ou tormento origina-se do latim *tortura* que significa tormento, ato de torcer.[[21]](#footnote-21)

Nos apontamentos de Bierrenbach e Lima[[22]](#footnote-22) é a imposição de dor física ou psicológica por crueldade, intimidação, punição, para obtenção de alguma confissão, informação ou simplesmente por prazer da pessoa que tortura.

Bierrenbach e Lima[[23]](#footnote-23) discorrem que a tortura era utilizada como meio de prova, tendo encontrado seu apogeu na Idade Média, institucionalizada que foi pela Igreja e pelo Direito Canônico, onde ingressou por via da *Bula Ad Extirpanda[[24]](#footnote-24)*, do Papa Inocêncio IV, e enfatizam:

A partir do século XVIII, por influência dos ideais Iluministas, inicia-se uma caminhada no sentido de abolição da tortura, imortalizando-se duas obras: Dos Delitos e das Penas, de Cesare Bonesana, o Marquês de Beccaria, e Observações sobre a Tortura, de Pietro Verri[[25]](#footnote-25).

Fato é que a tortura, que até o Século XIV era enfocada como instrumento processual sobre a qual pesavam garantias legais, de acordo com Bierrenbach e Lima[[26]](#footnote-26), recrudesceu a partir do Século XV, sobretudo nos estados absolutistas, quando os tormentos passam a relacionar-se com a segurança do Estado, reduzindo-se as garantias dos cidadãos, e justificam:

O processo inquisitivo torna-se mais atentatório aos direitos do acusado, na medida em que os atos processuais se realizam de forma secreta, como dispõe uma Ordenação Real de 1640, na França, com base no princípio de que o estabelecimento da verdade era para o soberano e seus juízes um direito absoluto e um poder exclusivo. [...] sobre o corpo do suplicado, o cerimonial judiciário tinha por escopo trazer à luz a verdade do crime, justificando-se muitas vezes os males de um homem apenas suspeito em virtude da obtenção do bem geral de toda a sociedade. Um pequeno indício de crime grave era suficiente para caracterizar alguém como um pouco criminoso, um meio culpado.[[27]](#footnote-27)

Teixeira[[28]](#footnote-28) apregoa que os juízes, dependendo da gravidade do crime, graduavam o sofrimento do condenado antes que o carrasco lhe desse o golpe fatal. O uso da tortura era praticamente, na maioria dos Estados, com variações segundo a região. Segundo a autora, a França da Monarquia Absoluta foi um campo fértil para a difusão do processo inquisitivo e da tortura, como também a Alemanha, processo introduzido a partir da Itália, passando a integrar os estatutos de Worms (1498)[[29]](#footnote-29), a Ordenação Criminal de Bamberg (1507)[[30]](#footnote-30) e a Constitutio Criminalis Carolina (1532)[[31]](#footnote-31). Na Espanha, a tortura foi recorrente desde as Partidas de Alfonso X, de Leão, o Sábio[[32]](#footnote-32), perdurando por quase quinhentos anos, à exceção do reino de Aragão. Restaurou-se nos tribunais castelhanos todo o sistema romano de tortura, regredindo-se ao direito do século XII.

Conforme já mencionado o Reino de Leão, que não recebeu a influência de sistemas jurídicos externos, não restaurou a tortura e manteve o sistema acusatório, repelindo o inquisitivo, como a Inglaterra, cujo remédio jurídico do *habeas corpus* possuía um similar, dito Manifestação das Pessoas[[33]](#footnote-33).

Portugal também em seu governo absolutista conheceu a tortura em seu sistema penal, desde o Código Afonsino (1446)[[34]](#footnote-34) até as Ordenações Filipinas (1603)[[35]](#footnote-35), constituindo o Código que normatizou o Brasil-Colônia e alguns anos o Brasil-Império. Teixeira[[36]](#footnote-36) cita o Livro V, Titulo LXXXVII, § 4º, das Ordenações Filipinas, no qual aparece a tortura, tendo o legislador comissionado ao julgador a discricionariedade de, em face das provas colhidas, lançar mão dela para obter a verdade dos fatos. Então, verifica-se do ponto de vista formal e estatutário, a tortura foi vigente em todo o período que vem do século XII ao século XVIII.

Toledo[[37]](#footnote-37), em sua obra escrita ainda na década de 1990, ressalta que, à medida que surgiram as críticas, a institucionalização da tortura foi desaparecendo no andamento em que a legislação dos países civilizados deixava de completar esse meio primitivo de arrancar confissões. O autor cita as críticas de:

a) Johanes Grevious, em cuja obra, O Tribunal Reformatum (1624), inspirado no caso Jean Calas, faz uma crítica em relação ao padecimento dos hereges sobre a tolerância religiosa; b) Cesare Beccaria Bonesana cujo Dos Delitos e das Penas (1764), escrito sobre influência de Montesquieu e Voltaire, célebre pela sua repercussão do século XVIII até os dias atuais; e, c) Juan Pablo Fornet, promotor de justiça junto ao Tribunal de Sevilha, escreve Discurso sobre e Tortura (1972), obra que veio a ser publicada somente em 1900, na qual busca demonstrar a não necessidade de tortura, pois, apesar de ser defendida pelos seus mentores como meio probatório de se descobrir a verdade, constitui, de fato, um meio crudelíssimo de indução à mentira.[[38]](#footnote-38)

Coimbra[[39]](#footnote-39) o Livro V das Ordenações Filipinas, que vigorou até a Independência no Brasil, previa as penas infamantes, como o açoite, a marca de fogo e as galés, ou seja, a pena capital, por seu turno, podia ser executada por meio de meios cruéis, e leciona acerca da questão:

[...] a tortura, embora estudada sob a ótica de várias ciências, representa um grande desafio a todo pesquisador, em especial, no âmbito do Direito, quanto à perquirição da sua sobrevida apesar de extirpada das legislações, há mais de dois séculos.[[40]](#footnote-40)

Bierrenbach e Lima[[41]](#footnote-41) ressaltam que o enfoque jurídico-penal da tortura revela que esta, a partir da Antiguidade, percorreu a linha temporal da evolução humana, transfigurando-se de instrumento legal de sustentação de poder e destinado à instrução criminal em ilícito penal, e discorrem com brevidade:

Nossa história contemporânea é marcada por sucessivas quebras do Estado Democrático de Direito. Durante tais períodos, os direitos humanos foram flagrantemente desrespeitados.[[42]](#footnote-42)

Atualmente no Brasil, o termo tortura, está definido no Decreto nº 40, de 15 de fevereiro de 1991[[43]](#footnote-43), que promulga a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes[[44]](#footnote-44):

**Art. 1** - Para os fins da presente Convenção, o termo "tortura" designa qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de uma terceira pessoa, informações ou confissões; de castigá-la por ato que ela ou uma terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir esta pessoa ou outras pessoas; ou por qualquer motivo baseado em discriminação de qualquer natureza; quando tais dores ou sofrimentos são infligidos por um funcionário público ou outra pessoa no exercício de funções públicas, ou por sua instigação, ou com o seu consentimento ou aquiescência. Não se considerará como tortura as dores ou sofrimentos que sejam consequência unicamente de sanções legítimas, ou que sejam inerentes a tais sanções ou delas decorram.[[45]](#footnote-45)

Atualmente, a tortura encontra previsão legal na Lei 9.455/97[[46]](#footnote-46), como forma de infligir intenso sofrimento físico ou mental a uma pessoa humana para dela obter-se algo contra a sua vontade, constitui procedimento bárbaro com origem na Remota Antiguidade[[47]](#footnote-47).

Teixeira[[48]](#footnote-48) discorre que a tortura, no decorrer dos séculos, adquiriu foros de oficialismo, com aspectos de instituto jurídico, com normas próprias bem definidas, e leciona: “Os direitos penais gregos e romanos são, naturalmente, as fontes do direito penal do Ocidente, como é lá que se rastreiam as expressões primeiras da tortura como meio de prova”.[[49]](#footnote-49)

Nesse sentido, o contexto grego se deixa sinalizar pela passagem de um sistema legal arcaico, familial e comunal para um sistema complexo, adequado à situação da polis - onde a lei da cidade demarca e protege os cidadãos livres, os que não possuíam honra nem status de soberania - os estrangeiros, os negociantes, os escravos - também não possuíam direito algum, nem o de não serem coagidos, nem o de litigar. Ainda, o depoimento de tais pessoas só se tornava aceitável por meio da coerção física, ou seja, a dor sentida substituía o juramento dos senhores, por exemplo, no caso dos escravos.[[50]](#footnote-50)

2.1 LEI DE ANISTIA: O BRASIL DA TORTURANTE DITADURA MILITAR

De 1964 a 1985 prevaleceu no Brasil um regime militar que torturou, matou ou "fez desaparecer" milhares de pessoas, dentre elas, ativistas políticos e sindicalistas. O número de mortos e desparecidos é menor em relação a países vizinhos que também foram governados por ditaduras militares, a exemplo da Argentina.[[51]](#footnote-51)

Gomes e Mazzuolli[[52]](#footnote-52) destacam que o regime militar brasileiro adotou um sistema rotativo de presidentes, conservou as eleições e manteve o Congresso aberto. Entretanto, os militares abertamente ameaçavam e até fechavam o Congresso caso ele não atendesse aos interesses do regime.

Em 1979, o governo brasileiro promulgou a Lei nº 6.683/1979[[53]](#footnote-53) – Lei de Anistia, que concedia perdão (indulto) aos exilados políticos e militares envolvidos em violações aos direitos humanos anteriores à lei. Devido a essa lei, nenhum militar ao agente do Estado foi julgado ou condenado por seus crimes[[54]](#footnote-54).

A partir de 1985, o regime iniciou, lentamente, a transferência de poder aos civis, evitando uma transição repetida que poderia instigar uma revolta popular e provocar a acusação de líderes militares.[[55]](#footnote-55)

A respeito da Lei de Anistia, Gomes e Mazzuolli[[56]](#footnote-56) destacam que em 1974 assume a Presidência da República o General Ernesto Geisel, cujo governo foi marcado pela revogação do Ato lntitucional-5[[57]](#footnote-57), baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do General Costa e Silva, anunciando-se uma lenta e gradual abertura política, na qual o governo reprimiu os últimos focos de resistência, não havendo qualquer guerrilha ou grupo organizado remanescente que pudesse oferecer se impor ao regime em questão, uma vez que os artistas e ativistas políticos perseguidos pela ditadura que permaneciam vivos, estavam exilados em outros países ou encarcerados pelo regime, sendo considerado, este, o momento mais duro do regime:

Foi nesse contexto histórico que emergiram manifestações populares em favor da anistia para os presos e exilados políticos em virtude da oposição à ditadura, ou seja, o apoio popular, externado por diversos setores sociais, como a Igreja Católica e o Movimento Feminino pela Anistia pretendiam que as vítimas do regime imposto pudessem reencontrar seus familiares ou investigar seus desaparecimentos, no sentido se que todos eles fossem beneficiados pela anistia de forma ampla, geral e irrestrita.[[58]](#footnote-58)

Nas lições de Luiz Flávio Gomes e Valério de Oliveira Mazzuolli[[59]](#footnote-59), em 28 de agosto de 1979 foi publicada a Lei nº 6.683, conhecida como Lei de Anistia que possui como característica preponderante insculpida em seu artigo primeiro, ser considerada uma "auto anistia", ou seja, advinda de um regime autoritário que pretende permitir e controlar uma abertura política nacional, mas com a devida garantia de que os agentes a serviço da ditadura militar não fossem sujeitos passivos da persecução penal brasileira, em virtude dos crimes cometidos durante os anos do regime militar.

É exatamente essa a redação do disposto no referido artigo 1º da Lei nº 6.683/1979[[60]](#footnote-60) – Lei de Anistia:

Art. 1º - É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.[[61]](#footnote-61)

Com relação à validade da Lei de Anistia brasileira ante a supraconstitucionalidade dos direitos humanos e da ambiência internacional, importante se faz destacar, conforme considerações de Flávia Piovesan[[62]](#footnote-62), que o sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos é composto pela Comissão Interamericana dos Direitos Humanos - CIDH, criada no ano de 1978, bem como pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. Tal sistema regional é estabelecido pela Organização dos Estados Americanos - OEA, a fim de garantir e efetivar os direitos humanos, tendo em vista que a função de tal sistema é a de:

a) realizar visitas a Estados; b) estudos sobre situações determinadas; c) tomar posicionamentos públicos em decorrência de algum fato específico; e, d) realizar o procedimento de denúncias individuais de violação dos direitos humanos[[63]](#footnote-63).

Os casos concretos processados perante a CIDH e a Corte Interamericana determinam a responsabilidade estatal em decorrência da lesão aos direitos humanos de indivíduos específicos, determinando reparações individuais ou diferenciadas ao próprio Estado para garantir um cunho educativo-punitivo com o intuito de que o ato jurídico violador dos direitos humanos não se repita[[64]](#footnote-64).

Portanto, as vítimas só poderão acessar esses órgãos, caso os Estados envolvidos no litígio tenham ratificado devidamente a Convenção, bem como tenham aceitado a jurisdição da Corte. Para tanto, esses órgãos têm contribuído para o restabelecimento do direito das vítimas e das sociedades violados em seus direitos durante o período ditatorial na América Latina.

1. A HISTÓRIA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

A Guerrilha do Araguaia foi um movimento de luta armada (guerrilheiro) que ocorreu entre os anos de 1972 e 1975, na região do Araguaia, entre os Estados de Tocantins, Maranhão e Pará, apresentando-se como resistência ao regime de ditadura militar implantada no Brasil, quando do golpe de 1964, organizado sob a direção do Partido Comunista do Brasil - PCdoB, que se instalaram entre a população local, trabalharam na terra e se ambientaram à vida na floresta. Os combates começaram no início de 1972, prolongando-se até 1975.[[65]](#footnote-65)

Figura 5: Mapa da Guerrilha[[66]](#footnote-66).



Fonte: Acervo O Globo (1997)

O movimento possui inspiração em casos bem-sucedidos de outros países do mundo, a exemplo dos movimentos revolucionários socialistas, ocorridos em Cuba e China[[67]](#footnote-67).

Nesses anos, Maciel[[68]](#footnote-68) destaca que o regime militar institucionalizava a tortura, consagrada como o instrumento mais eficiente de repressão, e os desaparecimentos forçados, elegendo a resistência como única alternativa política para os irredutíveis.

Para tanto, Carlos Amorim[[69]](#footnote-69) ressalta que, boa parte desses homens e mulheres que se embrenharam nas matas do Araguaia, eram lideranças estudantis, que haviam participado de importantes manifestações contra a ditadura militar, e que já haviam sido presos ou estavam sendo procurados, sujeitos a iminentes mortes e tortura:

Muitos foram enviados à região da Guerrilha justamente para escapar do cerco que a repressão mantinha nos grandes centros urbanos. Em verdade, optaram pela luta guerrilheira como meio defesa da própria vida, ou não, e derrubada da ditadura, tendo como objetivo final a instalação da República Socialista no Brasil, que até o Golpe Militar de 1964 buscava pela via democrática.[[70]](#footnote-70)

O movimento começou a se organizar no final da década de 1960. A partir de 1972 começaram os confrontos armados entre os guerrilheiros e as forças armadas brasileiras (principalmente tropas do exército).[[71]](#footnote-71)

No total, ocorreram três ofensivas militares para acabar com a Guerrilha: Operação Papagaio, Operação Sucuri e Operação Marajoara. De acordo com estimativas, cerca de cinco mil militares atuaram nestas operações.[[72]](#footnote-72)

O movimento foi liderado, principalmente, por militares do Partido Comunista do Brasil - PCdoB. Porém, contou coma participação de estudantes universitários, operários, profissionais liberais e camponeses.[[73]](#footnote-73)

Carlos Amorim[[74]](#footnote-74) leciona que, entre os principais líderes da Guerrilha do Araguaia, destacaram-se Maurício Grabois (um dos fundadores do PCdoB), João Amazonas (secretário geral do PCdoB), Elza Monnerat (dirigente do PCdoB), e Ângelo Arroyo (dirigente do PCdoB). A Guerrilha tinha como principais objetivos:

a) derrubar o Governo Militar, por meio de uma revolução socialista, que teria início no campo com o movimento de Guerrilha; e, b) implantar no Brasil, após a tomada do poder, um governo de caráter socialista.[[75]](#footnote-75)

Apesar de receberem o apoio da população local, principalmente pelas atividades sociais que desenvolviam, Amorim[[76]](#footnote-76) discorre que os guerrilheiros possuíam uma força bélica precária, cujo armamento padrão era o revólver calibre 38, já que a média era de uma arma longa para cada dois guerrilheiros.

Assim, embora tenham obtido significativas vitórias nas duas primeiras campanhas militares, terminaram aniquilados pela brutalidade da repressão.[[77]](#footnote-77)

Como resultados, as tropas militares brasileiras saíram vitoriosas, pois conseguiram reprimir o movimento guerrilheiro em 1975. Como resultado, 59 militantes do PCdoB morreram, além de 19 agricultores que lutavam ao lado da Guerrilha. Do lado das tropas militares foram 20 mortos (número estimado).[[78]](#footnote-78)

O fato é que, quase 40 após o fim da insurgência no Araguaia, cerca de 70 militantes mortos no conflito ainda restam desaparecidos, e esses desaparecimentos, em sua grande maioria, não se tratam de mortos em combate na selva, mas da tortura e execução de prisioneiros que estavam sob a guarda do Estado. Nesse sentido, não há dificuldade logística que justifique o suposto desconhecimento do paradeiro dos corpos por parte das forças de segurança, ao contrário, realizaram-se operações militares exclusivamente para sumir com quaisquer indícios de mortes e torturas.[[79]](#footnote-79)

O Caso da Guerrilha do Araguaia significou um episódio tão marcante na história brasileira, que em 2004, o escritor e diretor Ronaldo Duque lançou o filme Araguaia: A Conspiração do Silêncio. Ganhador do Prêmio Especial de Gramado do mesmo ano, o filme á baseado nos acontecimentos da Guerrilha do Araguaia, que se deu na década de 1970, no norte do Brasil.[[80]](#footnote-80)

* 1. A DESCOBERTA DA GUERRILHA

No início de 1972, o governo descobriu a existência da guerrilha por dois informantes diferentes, sem que se possa precisar qual foi o primeiro.[[81]](#footnote-81)

Gasperi[[82]](#footnote-82) salienta que em novembro de 1971, dois guerrilheiros, Pedro Albuquerque e sua mulher fugiram da área, desistindo da campanha. Em janeiro de 1972, ele foi preso em Fortaleza, no Ceará, e o Centro de Informação do Exército - CIE conseguiu o fio da meada que levava à guerrilha. Pedro, porém, sustenta até hoje que seus torturadores já conheciam a estrutura no Araguaia.

A outra informação veio de São Paulo. A mulher do guerrilheiro Lúcio Petit da Silva, um dos irmãos Petit, contraiu hepatite e tuberculose na selva. Saiu do Araguaia em fins de 1971, grávida e com problema por curetagem mal feita, sendo levada até Goiânia para tratamento. Deveria voltar, mas fugiu do hospital e desembarcou em São Paulo atrás da família. Ao saber de suas atividades, seus familiares a pressionaram e Lúcia Regina Martins, a "Regina", revelou à repressão o que sabia da "área prioritária" em Marabá.[[83]](#footnote-83)

Gasperi[[84]](#footnote-84) destaca que Elza Marabá, uma das líderes do PCdoB à época, a considerava a principal responsável pela descoberta da Guerrilha pelos militares em 1972.

Na sequência, serão abordadas, com brevidade, as famosas operações que infligiram os envolvidos no episódio da Guerrilha do Araguaia.

* 1. OPERAÇÃO PAPAGAIO

Em abril de 1972, os militares começaram a entrar na região, entre Marabá e Xambioá, primeiro com uma pequena equipe de cinco homens, um grupo de batedores do Centro de Informações do Exterior – CIEX, chefiado pelo Major Lício Maciel, que trazia consigo como prisioneiro Pedro Albuquerque, e, logo em seguida, com um batalhão de 400 homens acantonados em cada cidade. Bases foram sendo instaladas no interior e em agosto, o total chegava a 1.500 homens. Era o início da primeira das três fases da campanha militar, a Operação Papagaio, com três pequenas operações de coleta de informação levantamento da área em seu bojo antes da chegada do grosso da tropa: "Peixe", "Ouriço" e "Olho Vivo".[[85]](#footnote-85)

Apesar de a vantagem, Morais e Silva[[86]](#footnote-86) ressaltam que a operação começou mal para os militares. Na tarde de 5 de maio houve o primeiro confronto entre as duas forças. Uma pequena patrulha em busca de informações foi emboscada próxima a um riacho. A Guerrilha atacou dispersando a tropa, ferindo um tenente, um sargento, e matando o cabo chamado Odílio da Cruz Rosa, da 5ª Companhia de Guardas de Belém. Os autores enfatizam que seu corpo ficou uma semana no mato, sendo recolhido já em estado de decomposição, porque a Guerrilha (destacamento C, comandado por Osvaldão), impedia o pequeno efetivo militar disponível na área de chegar ao local. Entre os períodos de 1973-1974, na terceira e última campanha, os militares passaram a adotar a mesma prática, deixando insepultos na mata os corpos de guerrilheiros abatidos.

A maior vitória inicial, entretanto, não foi notada, pois com o ataque e o cerco do exército, manteve fora do Araguaia o comandante chefe João Amazona, "Cid" e Elza Monnerat "Dona Maria", organizadora geral da Guerrilha.[[87]](#footnote-87)

Nessa primeira operação, o exército conseguiu localizar e infligir danos a apenas um dos destacamentos, o C, 25% do total de combatentes[[88]](#footnote-88).

Portela[[89]](#footnote-89) salienta que a soma de mil cruzeiros eram oferecidas aos caboclos por informações sobre os "paulistas". Na época, dinheiro suficiente para comprar um bom terreno. Vários foram localizados, presos ou mortos.

O primeiro a cair foi "Jorge", denunciado por um mateiro. Bergson Gurjão Faria, ex-estudante de química na Universidade Federal do Ceará e viria a ser o primeiro desaparecido no Araguaia. Emboscado por uma patrulha de paraquedistas, foi metralhado. Seu corpo foi pendurado numa árvore de cabeça para baixo e sua cabeça chutada pelos soldados. Mais dois seguiram o mesmo caminho, Kleber Lemos da Silva, o economista "Carlito" e "Maria", a única mulher entre os irmãos Petit, Maria Lucia Petit da Silva, ex-professora de 22 anos, morta em tocaia com um tiro no peito pelo camponês a serviço dos militares, João Coioió. Foi enterrada em Xambioá em sepultura anônima, envolta num paraquedas e com a cabeça coberta com um plástico (sua ossada, descoberta em 1991, foi identificada por peritos da UNICAMP, em 1996). É uma, dos dois únicos guerrilheiros mortos, cujo corpo foi encontrado e identificado.[[90]](#footnote-90)

A segunda investida, entretanto, teve resultados gerais ainda piores que a primeira. Programada para durar vinte dias durou apenas dez. No período, a Guerrilha atacou uma base do 2º batalhão de Infantaria da Selva e matou o Sargento Mário Abrahim da Silva.[[91]](#footnote-91)

Uma guerrilheira começava a criar fama no campo. Dinalva Oliveira Teixeira, a "Dina", ex-geóloga baiana que tinha virado parteira na região, sobreviveria a três combates, enfrentando sozinha um grupo de soldados, e, escapando ferida no pescoço acertou no ombro o capitão paraquedista Álvaro Pinheiro, filho do Comandante da Escola Nacional de informações, General Ênio Pinheiro. Os militares tinham especial determinação em achá-la, considerando-a uma ameaça à ação militar na região, no intuito de destruir o mito criado entre o povo do Araguaia para desmoralizar a Guerrilha[[92]](#footnote-92).

Nessa operação, Gasperi[[93]](#footnote-93) analisa que o disfarce da operação em manobra militar de rotina mais prejudicou do que ajudou. O governo impedia a publicação de manifestos do PCdoB, mas o partido distribuía panfletos por todo Araguaia, que chegavam até o Sul. Em 24 de setembro, o Jornal “O Estado de São Paulo” publicou longa matéria "Driblando a censura para notícias de movimentação de tropas" sobre as manobras militares. Dois dias depois, a Guerrilha brasileira era noticiada no New York Times.

Em outubro de 1972, as tropas se retiram. Grande maioria dos soldados empregados no combate à Guerrilha nesta operação foi, na verdade, de recrutas cumprindo o serviço militar obrigatório, garotos entre 18 e19 anos, sem nenhuma experiência. Dona domingas, uma moradora de São Geraldo do Araguaia, resumiu o quadro: "Eles passaram tudo por aqui chorando, tudo na boleia do caminhão cheio, chorando".[[94]](#footnote-94)

A Operação Papagaio havia terminado. O exército havia feito a maior mobilização de tropas da sua história, com um efetivo humanos na proporção de 50 para 01, e a Guerrilha do Araguaia continuava onde sempre esteve. Mas o governo do General Emílio Garrastazu Médici estava determinado a extingui-la.[[95]](#footnote-95)

Em 1973, entrariam em cena os soldados profissionais da elite das Forças Armadas, para dar início a Operação Sucuri.

* 1. OPERAÇÃO MARAJOARA

Em 7 de outubro de 1973, a tropa voltou ao Araguaia. Um efetivo menor, cerca de 400 homens, disfarçados e sem uniforme, mas com uma grande quantidade de armamento, que eram deixados em vários povoados da área ocupadas pelos guerrilheiros. Alguns deles chegavam escondidos em caixotes ocos dentro de caminhões de transporte de madeira. Para os moradores locais, eram funcionários da “Agropecuária Araguaia” e da “Mineração Aripuanã”.[[96]](#footnote-96)

Chegaram prendendo moradores, lavradores e pequenos comerciantes foram levados para prisões em Xambioá e Marabá. Alguns colocados em buracos abertos em clareiras com grade em cima. Em Tabocão, onde havia dezessete homens, foram todos presos e relatos de tortura começavam a aparecer.[[97]](#footnote-97)

A chegada do CIEX, e das tropas de elite na região decretou um toque de recolher voluntário entre os moradores. Ninguém saía de casa à noite.[[98]](#footnote-98)

Entre outubro de 1973 e outubro de 1974, a Guerrilha foi sistematicamente exterminada. Pequenos grupos de combate adentraram a selva com maior poder de fogo cada um deles do que todos os guerrilheiros juntos. Os oficiais sargentos carregavam consigo um relatório chamado de “Normas Gerais de Ação – Plano de Captura e Destruição”, que trazia a identificação de guerrilheiros a serem abatidos por prioridade[[99]](#footnote-99).

No dia de Natal de 1973 houve a primeira grande vitória dos militares, com a morte, numa emboscada, do comando militar guerrilheiro. Maurício Grabois, o chefe do PCdoB, foi morto com seu genro, Gilberto Olímpio Maria, o “Pedro”, e mais três combatentes.[[100]](#footnote-100)

A partir daí a guerrilha perdeu a condição de força militar organizada, dividindo-se em colunas dizimadas aos poucos, num período de seis meses. De um lado, tornou-se uma caçada humana; de outro, uma fuga pela vida. Helicópteros sobrevoavam a floresta com alto-falantes oferecendo rendição aos guerrilheiros; quem aceitava era assassinado.[[101]](#footnote-101)

Osvaldão foi morto pelo mateiro “Piauí”, liderando uma patrulha. Foi degolado e seu corpo transportado pela floresta, pendurado pelas pernas numa corda amarrada a um helicóptero.[[102]](#footnote-102)

Com o exército calculando que o número total de guerrilheiros restantes não fosse maior do que vinte, as tropas começaram a ser retiradas nos primeiros meses de 1974, deixando apenas alguns homens do CIE e do Batalhão de Operações Especiais.[[103]](#footnote-103)

Para identificação de Guerrilheiros mortos, os militares os fotografavam antes de enterrá-los na mata. Mais de 400 foram fotografados. Quando não havia uma câmera disponível, cortava-se o polegar direito, a mão inteira do cadáver ou mesmo a cabeça.[[104]](#footnote-104)

Em outubro de 1974, a última sobrevivente foi encontrada, descalça e mancando no mato. Era Walkiria Afonso Costa, a “Walk”, ex-estudante de Pedagogia da Universidade Federal de Minas Gerais. Levada à Xambioá. Foi executada em 25 de outubro de 1974.[[105]](#footnote-105)

De todos os integrantes da Guerrilha que atuavam no Araguaia no início da Operação Marajoara, apenas dois escaparam: Ângelo Arroyo, morto dois anos depois em São Paulo, no episódio conhecido como Chacina da Lapa e Micheas Gomes de Almeida, o “Zezinho do Araguaia”, que, acompanhando Arroyo na travessia do Maranhão e do Ceará para escapar da área de conflito, desapareceu por mais de vinte anos, sendo encontrado em Goiânia em 1996, depois de viver em São Paulo com outra identidade, e ainda hoje vivo. Do lado dos militares, o número estimado de mortos é de dezesseis.[[106]](#footnote-106)

Após o fim Operação Marajoara e a vitória dos militares, outra operação chama a atenção na região, a Operação Limpeza.

* 1. DOS MORTOS E DESPARECIDOS: A OBRIGAÇÃO DO BRASIL É INVESTIGAR

A Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Brasil a fazer a investigação penal da operação pelo Exército brasileiro entre 1972 e 1975, para erradicar a Guerrilha do Araguaia.[[107]](#footnote-107)

A sentença se deu em 24 de novembro de 2010, após percorrer um longo caminho até a sentença internacional condenatória. Em 1995 houve a petição dos familiares das vítimas e de seus representantes à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, mas somente em 2009, a Comissão processou o Brasil perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos (tratado ratificado em 1992 pelo Estado), devendo responder pela detenção arbitrária, tortura e desaparecimento forçado de 70 pessoas, entre membros do Partido Comunista do Brasil - PCdoB e camponeses da região, como resultado de operação do Exército empreendidas entre 1972 e 1975, com o objetivo de erradicar a Guerrilha do Araguaia, no contexto da ditadura militar brasileira (1964-1985).

A sentença determina que o estado brasileiro deverá esclarecer, determinar as responsabilidades penais e aplicar as sanções previstas em lei pela detenção arbitrária, tortura e desaparecimento forcado de 70 pessoas, entre membros do Partido Comunista do Brasil - PCdoB e camponeses da região envolvidas na guerrilha no período da ditadura militar.[[108]](#footnote-108)

No mérito, a Corte Interamericana enfrentou os seguintes tópicos:

a) desaparecimento forçado, e os direitos violados das 62 pessoas desaparecidas; b) a aplicação da Lei de Anistia como empecilho à investigação, julgamento e punição dos crimes; c) ineficácia das ações judiciais não penais (violação dos direitos às garantias judiciais e à proteção judicial); d) falta de acesso á informação sobre o ocorrido com as vítimas desaparecidas e a executada; e) falta de acesso à justiça, à verdade, e à informação[[109]](#footnote-109).

A sessão, que aconteceu no edifício sede do Ministério da Justiça em Brasília, contou com a presença do vice-presidente do PCdoB, Walter Sorrentino, médico, nascido em 1954, paulistano, membro do Comitê Central desde 1988, e atualmente vice-presidente do PCdoB, que ao saudar o presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão e também o representante da Associação de Torturados da Guerrilha do Araguaia, Sr. Sezostrys Alves da Costa, afirmou que “[...] o Partido comunista do Brasil se orgulha de sua luta pela liberdade".[[110]](#footnote-110)

Foram analisados ao todo 187 requerimentos: o maior julgamento de processos de anistia política de camponeses que tiveram seus direitos violados no âmbito do Araguaia de toda a história da comissão.[[111]](#footnote-111)

Gomes e Mazzuolli[[112]](#footnote-112) destacam que, em 1984, vinte e dois genitores de vinte e cinco desaparecidos políticos na Guerrilha do Araguaia interpuseram uma ação ordinária perante a Justiça Federal, com o intuito de obter informações acerca do paradeiro, bem como as circunstâncias dos seus desaparecimentos; possíveis localizações deles e, no caso de estarem mortos, determinar a identificação e entrega dos restos mortais às respectivas famílias. Esse processo só foi definitivamente sentenciado em 2007.

Nesse sentido, Nascimento[[113]](#footnote-113) ressalta que, em virtude da ausente duração razoável do processo, e falta de diligência em 1995, tais familiares enviaram uma denúncia internacional em face do Estado Brasileiro, na CIDH, por meio do Centro pela Justiça e o Direito Internacional, pelo grupo Tortura Nunca Mais, e pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos de São Paulo. Tal denúncia levou treze anos até ser enviada da CIDH à Corte Interamericana, em março de 2009, tendo em vista as peculiaridades do caso brasileiro, quais sejam:

a) a Lei de Anistia brasileira, na prática, também beneficiou os agentes a serviço da ditadura castrense; b) o fato de o Brasil não ter admitido nos fatos a existência de violação à Convenção; e, c) o questionamento brasileiro sobre o não esgotamento de recursos internos para o caso em descortino.[[114]](#footnote-114)

Em estudo acerca das fases do presente caso na Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, puderam ser destacados:

a) a tentativa de solução amistosa entre as partes impulsionada pela Comissão em 1996. O Estado se recusou a negociar quando os peticionários condicionaram o acordo à consideração integral das necessidades dos familiares e da sociedade como um todo pelo direito à verdade histórica; b) a realização da audiência na CIDH com a presença dos representantes e familiares das vítimas em 1997 e 2001, quando finalmente o caso foi admitido; c) o encaminhamento cinco anos depois, das alegações finais dos representantes das vítimas, solicitando que a CIDH analisasse o mérito do caso e emitisse seu Relatório Final; e, d) a realização perante a CIDH, de uma audiência temática em outubro de 2008. A audiência foi solicitada, pois, os representantes entenderam que era necessário esclarecer as consequências da Lei de Anistia no Brasil e sensibilizar o governo e os administradores de justiça a respeito da jurisprudência internacional pacífica do direito à verdade e do direito à justiça.[[115]](#footnote-115)

A Corte referiu que a obrigação de investigar violações de direitos humanos encontra-se dentro das medidas positivas que os Estados devem adotar para garantir os direitos reconhecidos na Convenção. Salientou que o dever de investigar, apesar de ser uma obrigação de meios e não de resultados, deve ser assumido pelo Estado não como uma simples formalidade e, com base nisso, as autoridades devem iniciar, *ex officio* e sem demora uma investigação séria, imparcial e efetiva, por todos os meios legais disponíveis.[[116]](#footnote-116)

A responsabilização dos autores de violações graves dos direitos humanos, por sua vez, é um dos elementos essenciais de toda reparação eficaz para as vítimas e um fator fundamental para garantir um sistema de justiça justo e equitativo e, em definitivo, promover uma reconciliação e uma estabilidade justas em todas as sociedades, inclusive nas que se encontram em situação de conflito ou pós-conflito, pertinente no contexto dos processos de transição.[[117]](#footnote-117)

Nese norte, o tribunal discorreu sobre a incompatibilidade das anistias com a Convenção Americana em casos de graves violações dos direitos humanos relativos ao peru (Barrios Altos e La Cantuba) e Chile (Almonacid Arellano e outros) e agora o Brasil.[[118]](#footnote-118)

Sobre a Condenação, com base no disposto no artigo 63.1 da Convenção Americana, a Corte indicou que toda violação é uma obrigação internacional que tenha provocado dano compreende o dever de repará-lo adequadamente e que essa disposição reflete uma norma consuetudinária que constitui um dos princípios fundamentais do Direito Internacional contemporâneo sobre a responsabilidade de um Estado. Assim, reputou como lesionados, pelas ações e omissões do Estado acima discriminadas, as vítimas dos desaparecimentos forçados e seus familiares. Reconheceu a existência de danos morais e de danos materiais, fixando indenizações, por critério de equidade, a favor de cada um dos familiares considerados vítimas pela sentença. Além disso, determinou que o Estado preste atendimento psicológico aos familiares.[[119]](#footnote-119)

A decisão colocou em evidência a divergência de posição da Corte Interamericana de Direitos Humanos e o Estado brasileiro em relação à aplicação da Lei de Anistia de 1979 e à punição de supostos violadores dos direitos humanos que atuaram na repressão política durante a ditadura militar. Na decisão a Corte afirma:

As disposições da lei de Anistia brasileira que impedem a investigação e sansão de graves violações de direitos humanos são incompatíveis com a Convenção Americana, carecem de efeitos jurídicos e não podem seguir representando um obstáculo para a investigação dos fatos do presente caso, nem para a identificação e punição dos responsáveis.[[120]](#footnote-120)

Para a Corte, o Brasil está em falta com o ordenamento jurídico interamericano, pois "descumpriu a obrigação de adequar seu direito interno à Convenção Americana sobre Direitos Humanos, como consequência da interpretação e aplicação que foi dada à lei de Anistia a respeito de graves violações de direitos humanos".

Além de repelir a aplicação da lei de Anistia brasileira, a Corte Interamericana reitera que o Estado é responsável pelo desaparecimento forçado e, portanto, pela violação dos direitos ao reconhecimento da personalidade jurídica, à vida, à integridade pessoal e à liberdade pessoal, estabelecidos nos artigos 3, 4, 5 e 7 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.[[121]](#footnote-121)

A Corte afirmou, ainda, que o Estado brasileiro viola o direito à liberdade de pensamento e de expressão consagrado na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, ao impedir "o direito a buscar e a receber informação, bem como do direito de conhecer a verdade sobre o ocorrido com os desaparecidos na Guerrilha do Araguaia".[[122]](#footnote-122)

Além da investigação dos fatos e apuração de responsabilidades pelo ocorrido durante a guerrilha, o Brasil foi condenado também a fazer todos os esforços para localizar as vítimas desaparecidas, identificar e entregar os restos mortais aos familiares. esforços para localizar as vítimas desaparecidas, identificar e entregar os restos mortais aos familiares.[[123]](#footnote-123)

Entre as 21 determinações que o Estado brasileiro fica obrigado a se submeter, estão também as de promover ato público de reconhecimento de responsabilidade a respeito dos dados em julgamento e de promover cursos de direitos humanos para integrantes das Forças Armadas. Deverá também, criar lei que tipifique o crime de desaparecimento forçado.[[124]](#footnote-124)

A Corte determinou, ainda, que os familiares das vítimas têm o direito de identificar o paradeiro dos desaparecidos e, se for o caso, saber onde se encontram os restos mortais.

Há outras reparações exigidas, tais como:

[...] publicação da sentença em Diário Oficial e em jornal de grande circulação nacional, bem como em sitio eletrônico; realização de ato público de reconhecimento da responsabilidade internacional em relação aos fatos do caso; pagamento de indenização pelos danos materiais e morais; atendimento adequado, inclusive psicológico, ao sofrimento dos familiares das vítimas; estabelecimento de programa de direitos humanos nas Forças Armadas; tipificação do crime de desaparecimento forçado; fortalecimento do marco normativo de acesso à informação; instalação de uma Comissão da Verdade, por se tratar de um mecanismo importante, entre outros aspectos, para cumprir a obrigação do Estado de garantir o direito de conhecer a verdade sobre o ocorrido.[[125]](#footnote-125)

O Estado iniciou trabalhos mais intensos na busca de localização dos restos mortais dos desaparecidos da "Guerrilha do Araguaia" (Grupo de Trabalho do Araguaia - GTA), já editou Lei sobre a Comissão Nacional da Verdade (Lei n. 12.528/11) e ainda Lei sobre o acesso à informação (Lei n. 12.527/11), bem como agiu na parte indenizatória e na publicação da sentença.[[126]](#footnote-126)

Quanto à persecução dos criminosos, a 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal decidiu que o Ministério Público Federal, no exercício de sua atribuição constitucional de promover a persecução penal e de zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos aos direitos humanos assegurados na Constituição, inclusive os que constam da Convenção Americana de Direitos Humanos e que decorram das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, está vinculado, até que seja declarado inconstitucional o reconhecimento da jurisdição da Corte, ao cumprimento das obrigações de persecução criminal estabelecidas no caso Gomes Lund e outros versus Brasil.[[127]](#footnote-127)

A Comissão de Anistia - criada em 2001, para reparar violações de direitos humanos cometidas entre 1946 e 1988, é vinculada ao Ministério da Justiça e composta por 25 conselheiros, a maioria agentes da sociedade civil ou professores universitários. Até janeiro de 2015, a Comissão havia recebido mais de 74 mil pedidos de anistia, declarando mais de 43 mil pessoas anistiadas políticas, com ou sem reparação econômica.[[128]](#footnote-128)

O julgamento dos camponeses do Araguaia fez parte da Semana de Anistia de 2015, e foram julgados 187 processos da Guerrilha do Araguaia.[[129]](#footnote-129)

A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos realizou audiência em 2 de dezembro de 2016, às 14 horas, no Auditório da Câmara Municipal de Marabá PA, sobre os desparecidos políticos na Guerrilha do Araguaia, 20 anos após a criação da Comissão.[[130]](#footnote-130)

Além da Comissão, e demais interessados, a Procuradoria da República em Marabá/PA também participou, cumprindo assim aos termos da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, que determina que todo o esforço deve ser feito para a localização dos corpos de pessoas desaparecidas no caso de existência de indícios quanto ao local em que possam estar depositados:

Várias buscas já foram realizadas na região pelo Estado brasileiro por sucessivos grupos de trabalho, compostos para dar cumprimento à sentença proferida nos autos da Ação Ordinária n. 82.00.24682-5 da 1ª Vara Federal de Brasília - Distrito Federal, bem como à sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Gomes Lund, nos quais o Brasil foi condenado a localizar e entregar os restos mortais dos desaparecidos políticos na Guerrilha do Araguaia e seus familiares, entre várias outras ações que visam a reparar física e simbolicamente os traumas sofridos em função das graves violações de direitos humanos perpetradas no período.[[131]](#footnote-131)

 comissão especial sobre Mortos e Desaparecidos políticos - CEMDP - tomou a iniciativa de participar ativamente dessas atividades, cientes de que as definições sobre as medidas mais adequadas para a continuidade dos trabalhos devem contar com a participação das autoridades e população locais.[[132]](#footnote-132)

Portanto, resta evidenciado que o Caso da Guerrilha do Araguaia serve como paradigma para a reabertura das discussões sobre os crimes militares praticados durante o regime ditatorial brasileiro.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo, objetivou a abordagem dos direitos humanos e o caso da Guerrilha do Araguaia.

Na presente pesquisa foi investigado analisado e discutido acerca de um dos episódios mais sombrios da ditadura civil-militar brasileira, ocorrido entre os anos de 1964 - 1985, o caso da Guerrilha do Araguaia, ocorrida na região norte do país, na tríplice fronteira entre os estados do Pará, Maranhão e Tocantins (à época norte de Goiás) e organizada pelo Partido Comunista do Brasil - PCdoB, como principal forma de luta contra a ditadura vislumbrada por essa agremiação política, no contexto repressivo estabelecido a partir do golpe de Estado que deu início ao último período ditatorial brasileiro.

Objetivamente, foram pesquisados, os direitos humanos, inerentes a todos os seres humanos independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, religião ou qualquer outra condição; o crime de tortura e a posição do ordenamento jurídico brasileiro acerca deste; e, por fim, a Guerrilha do Araguaia no Brasil, com ênfase nos fatos históricos que envolveram a problemática do tema, e como o ordenamento jurídico brasileiro se posiciona diante dessa fatídica passagem da história nacional

A pesquisa se justificou pela ausência de esclarecimento sobre os desaparecimentos de pessoas por parte do Estado brasileiro com relação ao caso da Guerrilha do Araguaia, gerando graves violações aos direitos humanos, bem como aos direitos e princípios fundamentais resguardados pela CRFB/88, tendo em vista que o silêncio dos fatos, sem a entrega dos documentos relativos aos desaparecidos retrata o descomprometimento do Estado brasileiro diante do factível sofrimento dos familiares das vítimas impossibilitados de concretizar ao menos seu direito de luto. Nessa lógica, a prática de desaparecimento forçado é um crime contra a humanidade, tratando-se o caso em compreensão de particular transcendência histórica, tendo em vista que, o episódio ocorreu em um contexto de prática sistemática de detenções arbitrárias, torturas, e execuções, ressaltando o fato de que, tais crimes, foram perpetrados pelas forças de segurança do governo militar, nos quais os agentes estatais utilizaram a investidura oficial e recursos outorgados pelo Estado para fazer desaparecer a todos os membros partícipes no caso da Guerrilha do Araguaia.

Nesse sentido, foi possível obter alguns resultados. Tendo em vista que essa proteção é contemplada nos textos dos artigos 3º e 5º, previstos na DUDH[[133]](#footnote-133). Já no Brasil, esses direitos estão resguardados pela redação do artigo 5º, da 5º, da CRFB/88[[134]](#footnote-134). Tendo em vista que essa proteção é contemplada nos textos dos artigos 3º e 5º, previstos na DUDH[[135]](#footnote-135). Já no Brasil, esses direitos estão resguardados pela redação do artigo 5º, da CRFB/88[[136]](#footnote-136).

Com relação ao episódio da Guerrilha do Araguaia, objetivo primordial dos guerrilheiros era a derrubada do governo militar brasileiro, por meio de uma revolução iniciada no campo, e após a tomada do poder, eles pretendiam introduzir um governo de natureza socialista no Brasil. Como resultados, as tropas militares brasileiras saíram vitoriosas, pois conseguiram reprimir o movimento guerrilheiro em 1975. Como resultado, 59 militantes do PCdoB morreram, além de 19 agricultores que lutaram ao lado da Guerrilha. Do lado das tropas militares foram 20 mortos (número estimado). Entretanto, os desaparecimentos, em sua grande maioria, não tratam de mortos em combate na selva, mas foram originados da tortura e execução de prisioneiros que estavam sob a guarda do Estado. Nesse sentido, não há dificuldade logística que justifique o suposto desconhecimento do paradeiro dos corpos por parte das forças de segurança; muito pelo contrário, realizaram-se operações militares exclusivamente para sumir com quaisquer indícios de mortes e torturas.

Portanto, houve sim, o completo desrespeito aos direitos humanos, neste, considerado um dos episódios mais brutais que liga o Brasil à tortura pública, conhecido como caso da Guerrilha do Araguaia.

Com a promulgação da Lei nº 6.683/1979 – Lei de Anistia, que concedia perdão (indulto) aos exilados políticos e militares envolvidos em violações aos direitos humanos anteriores à lei, nenhum militar ou agente do Estado foi julgado ou condenado por seus crimes, restando evidente que a elaboração dessa lei ocorreu em um contexto no qual a capacidade para propor projeto legislativo com cunho de anistiar indivíduos era atribuída de forma exclusiva ao Presidente Militar, e, desse modo, não refletindo os anseios populares que representam o próprio requisito de validade da norma, ante a ausência de legitimidade da sua criação, razão pela qual sua validade sempre foi questionada como norma. Diante de tais desacordos, a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Brasil a fazer a investigação penal da operação pelo Exército brasileiro entre 1972 e 1975, para erradicar a Guerrilha do Araguaia, cuja decisão colocou em evidência a divergência de posição da Corte Interamericana de Direitos Humanos e o Estado brasileiro em relação à aplicação da Lei de Anistia de 1979 e à punição de supostos violadores dos direitos humanos que atuaram na repressão política durante a ditadura militar.

Na decisão a Corte afirma que as disposições da Lei de Anistia brasileira que impedem a investigação e sansão de graves violações de direitos humanos são incompatíveis com a Convenção Americana, carecem de efeitos jurídicos e não podem seguir representando um obstáculo para a investigação dos fatos do presente caso, nem para a identificação e punição dos responsáveis. A Corte afirmou, ainda, que o Estado brasileiro viola o direito à liberdade de pensamento e de expressão consagrado na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, ao impedir o direito a buscar e a receber informação, bem como, do direito de conhecer a verdade sobre o ocorrido com os desaparecidos na Guerrilha do Araguaia.

**REFERÊNCIAS** ACERVO, O Globo. **Em Foco: Guerrilha do Araguaia**. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/fotogalerias/guerrilha-do-araguaia-9529189>.

ALMEIDA. Francisco Antônio de Macedo Lucas Ferreira de. **Os Crimes contra a Humanidade no actual Direito Internacional Penal**. Coimbra: Almedina, 2009.

AMORIM, Carlos. **Araguaia:** História de Amor e de Guerra. Rio de Janeiro: Record, 2014.

ARAÚJO, Luiz Alberto David; NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. **Curso de Direito Constitucional**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BIERRENBACH, Scheila; LIMA, Walberto Fernandes. **Comentários à Lei de Tortura:** Aspectos Penais e Processuais Penais. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2006.

BRANCO, Paulo Gonet; MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRASIL. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 153 Distrito Federal**. Objetivando a declaração de não recebimento, pela Constituição do Brasil de 1988, do disposto no § 1º, do artigo 1º da Lei nº 6.683 de dezembro de 1979. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticianoticiastf/anexo/adpf153.pdf>.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Ato Inconstitucional Nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. **Organização Internacional defende revisão da Lei de Anistia**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/465129-ORGANIZACAO-INTERNACIONAL-DEFENDE-REVISAO-DA-LEI-DE-ANISTIA.html>.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **A Comissão**. Disponível em: <http://cemdp.sdh.gov.br/>.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Comissão Nacional da Verdade. **Documentos da Comissão Nacional da Verdade**. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/todos-volume-1.html. Acesso em: 10 maio 2017.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Comissão Nacional da Verdade. **Verdade, Memória e Reconciliação**. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/institucional-acesso-informacao/verdade-e-reconciliação.html. Acesso em: 10 maio 2017.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 573/2011**. Dá interpretação autêntica ao disposto no art. 1º, § 1º, da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/465129-ORGANIZACAO-INTERNACIONAL-DEFENDE-REVISAO-DA-LEI-DE-ANISTIA.html>.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Versão disponível em arquivo PDF. Disponível em: <http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/7/docs/declaracao_universal_dos_direitos_do_homem.pdf>.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Decreto Legislativo Nº 661/2010**. Aprova o texto da Convenção Internacional para a proteção de todas as pessoas contra o desaparecimento forçado, assinada em Paris, em 6 de fevereiro de 2007. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/8b6939f8b38f377a03256ca200686171/a2560be3714ff14983257792004b35d0?OpenDocument>.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 40, de 15 de fevereiro de 1991**. Promulga a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0040.htm>.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 592, de 06 de julho de 1992**. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm>.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890**. Promulga o Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm>.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 8.767, de 11 de maio de 2016**. Promulga a Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado, firmada pela República Federativa do Brasil em 06 de fevereiro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8767.htm>.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei Nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 4.388, de 25 de setembro de 2002**. Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm>.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Político a partir de 1964. **Comissão de Familiares Mortos e Desaparecidos Políticos, Instituto de Estudo da Violência do Estado – IEVE:** Grupo Tortura Nunca Mais – RJ e PE. CEPE – Companhia Editora de Pernambuco - Governo do Estado de Pernambuco: 1995. Disponível em: <http://dhnet.org.br/dados/dossiers/dh/br/dossie64/br/dossmdp.pdf>.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Lei de 16 de dezembro de 1830**. Manda Executar o Código Criminal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm>.

,\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Lei Nº 6.683, de 28 de agosto de 1979**. Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Lei Nº 8.072, de 25 de julho de 1990**. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8072.htm>.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Lei Nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995**. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9140.htm>

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Lei Nº 9.455, de 07 de abril de 1997**. Define os crimes de tortura e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9455.htm>.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. **Declaração Universal dos Direitos Humanos garante igualdade social:** Base Legal. Portal Brasil - Cidadania e Justiça. Publ. 22 dez. 2014. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2009/11/declaracao-universal-dos-direitos-humanos-garante-igualdade-social>.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Ministério Público Federal. Justiça de Transição:** MPF busca reparação por violações de direito humanos ocorridas durante a ditadura. Disponível em: <http://www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/noticias/2014/03/justica-de-transicao-mpf-busca-reparacao-por-violacoes-de-direitos-humanos-ocorridas-durante-a-ditadura>.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Programa Nacional de Direitos Humanos PNDH-3**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/programas/programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-3>. Acesso em: 10 set. 2016.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **STF é contra a revisão da lei de Anistia por sete votos a dois**. Noticia Publ. 29 abr. 2010. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=125515>.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2007.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Curso de Direito Constitucional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Curso de Direito Constitucional**. 8. ed. rev. e atual. de acordo com a Emenda Constitucional n. 76/2013. São Paulo: Saraiva, 2014.

CARDOSO, Maurício. **Direitos Humanos:** Brasil terá de investigar Guerrilha do Araguaia. ARTIGO. Consultor Jurídico. Publ. 14 dez. 2010. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2010-dez-14/corte-interamericana-manda-brasil-investigar-guerrilha-araguaia>.

CARTA, Africana. **Direitos Humanos e dos Povos**. Disponível em: <http://www.achpr.org/pt/instruments/achpr/>.

CARTA, de Londres. **Acordo de Londres, de 8 de agosto de 1945**. Anexo. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/nuremberg/nuremberg/anexo.html>.

CÓDIGO, Afonsino (1446). **Ordenações Afonsinas**. Disponível em: <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/>.

CÓDIGO, Filipino (1603). Ordenações Filipinas. Disponível em: http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm

COIMBRA, Mario. **Tratamento Injusto Penal da Tortura.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

CONSTITUTIO, Criminalis Carolina (1532). **Tratado de Direito Penal Allemão:** pelo Dr. Franz Von Liszzt, professor da Universidade de Halle. Rio de janeiro: Typographia Leuzinger, 1899. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bd000147.pdf>.

CONVENÇÃO, Americana. **Assinada na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, San José, Costa Rica, em 22 de novembro de 1969**. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm>.

CONVENÇÃO, Europeia. **Direitos do Homem**. Disponível em: <http://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf>.

CONVENÇÃO, Genebra 1864. **Direito Internacional Humanitário**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/educar/redeedh/anthist/gen1864.htm>.

COMISSÃO, Africana. **Direitos Humanos e dos Povos**. Disponível em: <http://www.achpr.org/pt/>.

COMISSÃO, de Direitos Humanos e Minorias. **Declaração sobre a Proteção de Todas as Pessoas contra a Tortura ou Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes:** Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 9 de dezembro de 1975 [resolução 3452 (XXX)]. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/DeclProtTortTrasCru.html>.

COMISSÃO, Europeia de Direitos Humanos. **Organização, processo e atividades:** Nota de informação do Secretário da Comissão Europeia dos Direitos do Homem Janeiro de 1996. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/euro/cedhopa.htm>.

COMITE, de Direitos Humanos. **Organização das Nações Unidas:** Sistema Global de Proteção aos Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/index.html#comites>.

CORTE, Interamericana de Direitos Humanos. **Decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso "Gomes Lund e outros vs. Brasil: Guerrilha do Araguaia vs. Brasil" (Guerrilha do Araguaia)**. p. 38-45-64 . Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/21097/21097_5.PDF>.

DINIZ, Maria Helena. **As Lacunas no Direito**. 7. ed. adaptada ao novo código civil (Lei N. 10. 406, de 10/02/2002). São Paulo: Saraiva 2002.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Compêndio de Introdução à Ciência do Direito:** Introdução à Teoria Geral do Direito, à Filosofia do Direito, à Sociologia Jurídica e à Lógica Jurídica. Norma Jurídica e Aplicação do Direito. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

DICIO, Dicionário Online de Português. **Significado de Anistia**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/anistia/>.

DIREITOS HUMANOS, Secretaria Especial. **Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos realiza audiência em Marabá sobre os desaparecidos políticos na Guerrilha do Araguaia**. Ministério da Justiça e Cidadania. NOTICIA. Publ. 16 nov. 2016. pp. 01-02. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/noticias/2016/novembro/comissao-especial-sobre-mortos-e-desaparecidos-politicos-realiza-audiencia-em-maraba-sobre-os-desaparecidos-politicos-na-guerrilha-do-araguaia>.

DOSSIÊ, Mortos e Desaparecidos Político no Brasil. **Dossiê Ditadura:** Mortos e Desaparecidos Político no Brasil (1964-1985). Eremias Delizoicov Centro de Documentação. Disponível em: <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pagina.php?id=221>.

DUDH, Declaração Universal dos Direitos Humanos. **A Declaração**. Documento disponível na versão online. Disponível em: <http://www.dudh.org.br/declaracao/>.

DUDH, Declaração Universal dos Direitos Humanos. **A Declaração.** Documento disponível na versão online. Disponível em: http://www.dudh.org.br/declaracao/. Acesso em: 30 out. 2016.

DUDH, Declaração Universal dos Direitos Humanos. **O que são Direitos Humanos?** Documento disponível na versão online. Disponível em: http://www.dudh.org.br/declaracao/.

ESTATUTO, de Roma. **Tribunal Penal Internacional**. Arquivo PDF. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/segurancapublica/estatuto_roma_tribunal_penal_internacional.pdf>.

ESTATUTO, de Worms (1948). **Tratado de Direito Penal Allemão:** pelo Dr. Franz Von Liszzt, professor da Universidade de Halle. Rio De janeiro: Typographia Leuzinger, 1899. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bd000147.pdf>.

ESTATUTO, do Tribunal Internacional para Julgar as Pessoas Responsáveis por Violações Graves ao Direito Internacional Humanitário Cometidas no Território da Ex-Iugoslávia desde 1991. Instrumentos e Textos Universais. Disponível em: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/tij-estatuto-jugoslavia.html>.

ESTATUTO, do Tribunal Internacional para o Ruanda. Instrumentos e Textos Universais. Disponível em: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/tij-estatuto-ruanda.html>.

GASPARI, Élio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPERI, Hélio. A Ditadura Escancarada. *In*: **As Ilusões.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. v. 2.

GOMES, Luiz Flávio. **Comentários à Convenção Americana sobre Direitos Humanos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_; MAZZUOLLI, Valério de Oliveira. Crimes da Ditadura Militar: uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2011.

GONÇALVES. Joanisval Brito. **Tribunal de Nuremberg 1945-1946:** A gênese de uma nova ordem no Direito Internacional. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

GOOGLE, Imagens. **Capa da Obra “Brasil: Nunca Mais”**. Disponível em: <https://www.google.com.br/imghp?hl=pt-PT>.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Imagens. **Capa da Obra “Direito à Memória e à Verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos”**. Disponível em: <https://www.google.com.br/imghp?hl=pt-PT>.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Imagens. **Capa da Obra “Memórias Reveladas”**. Disponível em: <https://www.google.com.br/imghp?hl=pt-PT>.

JAPIASSU, Carlos Eduardo Adriano. **Direitos Humanos e Conflitos Armados:** A Internacionalização do Direito Penal. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2004.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes e outros escritos**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

LEITE, Eduardo de oliveira*.* **A monografia jurídica***.* 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

MACIEL, Lício. **Guerrilha do Araguaia:** Relato de um combate Maciel. São Paulo: Schoba Ebook, 2011.

MARTINS NETO, João dos Passos. Direitos Fundamentais**:** conceito, função e tipos. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2003.

MORAES, Maria Celina Bodin de. **Danos à pessoa humana:** Uma leitura civil-constitucional do dano moral. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

MORAIS, Tais de. SILVA, Eumano. **Operação Araguaia:** os Arquivos Secretos da Guerrilha. São Paulo: Geração, 2005.

MELLO, Celso Renato Duvivier de Albuquerque. **Direitos Humanos e Conflitos Armados**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

NASCIMENTO, Durbnes Martins. Guerrilha no Brasil**:** Uma crítica à tese do "Suicídio Revolucionário em voga nos anos 80 e 90". **Revista Cantareira**. n. 5, vol. 1, ano 2. Pará, 2004.

NUCCI. Guilherme de Souza. Código Penal Comentado. 22. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

OEA, Organização dos Estados Americanos. **Mais direitos, para mais pessoas**. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/>.

ORDENAÇÃO, Criminal de Bamberg (1507). **Tratado de Direito Penal Allemão:** pelo Dr. Franz Von Liszzt, professor da Universidade de Halle. Rio De janeiro: Typographia Leuzinger, 1899. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bd000147.pdf>.

ORGANIZAÇÃO, dos Estados Americanos; COMISSÃO, Interamericana de Direitos Humanos. **Demanda perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, Caso 11.552 Julia Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) contra a República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.cidh.org/demandas/11.552%20Guerrilha%20do%20Araguaia%20Brasil%2026mar09%20PORT.pdf>.

PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática*.* 11. ed. Florianópolis: Conceito Editorial; Millennium Editora, 2008.

PAULO FILHO, Pedro. **Grandes Advogados, Grandes Julgamentos:** O Tribunal de Nuremberg. Depto. Editorial OAB-SP. Disponível em: <http://www.oabsp.org.br/sobre-oabsp/grandes-causas/o-tribunal-de-nuremberg>.

PINHEIRO, Flávia de Campos. **A evolução dos direitos fundamentais e os documentos internacionais para a sua proteção**. São Paulo: PUC-SP, 2008.

PINHO, Guilherme Rosa. **Bula Ad Extirpanda:** Tradução. ARTIGO. Publ. dez. 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/34779/bula-ad-extirpanda-traducao>.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional internacional**. Caderno de Direito Constitucional, Módulo V. Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região – EMAGIS, 2006. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/flaviapiovesan/piovesan_dh_direito_constitucional.pdf>.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 13. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

PORTELA, Fernando. **Guerra de Guerrilha no Brasil:** A Saga do Araguaia (nova entrevista de José Genoíno). São Paulo: Terceiro Nome, 2002.

PRADO, Luiz Regis. **Bem Jurídico-Penal e Constituição**. 3. ed. São Paulo: Saraiva: 2004.

PRAZERES, Leandro. **Agora é a vez do STF, diz Presidente da Corte Interamericana sobre Lei da Anistia**. Entrevista. Portal UOL. Publ. 20 fev. 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/02/20/lei-da-anistia-agora-e-a-vez-do-stf-diz-presidente-de-corte-interamericana.htm>.

RESOLUÇÃO, 39/46 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1984. **Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes**. Disponível em: <http://www.ovp-sp.org/lei_resoluc_onuxtort.htm>.

RODRIGUES, Fernando. O Brasil repudia, mas não condena. **Folha de São Paulo.** Análise. Publ. 30 abr. 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3004201005.htm>.

SOKOLOWSKI, Mateus. **Identidades, cultura e política nas cantigas de Afonso X o Sábio (1252-1284)**. Artigo. Revista UFPR. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/viewFile/37351/24410>.

SORRENTINO, Walter. **Comissão de Anistia julga 187 processos da Guerrilha do Araguaia**. ARTIGO. Sorrentino Projetos para o Brasil. Publ. 25 ago. 2015. Disponível em: <http://waltersorrentino.com.br/2015/08/25/comissao-de-anistia-julga-187-processos-da-guerrilha-do-araguaia/>.

SOUZA, Deusa Maria. **A angústia sem fronteiras:** a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos políticos do Araguaia (Brasil) e da Argentina - um estudo comparativo. Associação Nacional de História - ANPUH. XXVI Simpósio Nacional de História. São Leopoldo, 2007.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. **Curso de Direito Processual Penal**. Salvador: JusPodivm, 2010.

TEIXEIRA, Flávia Camello. **Da Tortura**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

TOLEDO, Francisco Assis. **Sobre o Crime de Tortura na recente Lei 9.455/97**. Justiça Penal: Tortura, Crime Militar, Habeas Corpus. n. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 5, 1997.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Tratado de Direitos Internacionais dos Direitos Humanos**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 2003, v. 2.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais:** Uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 12. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Direitos Fundamentais**:** As aproximações e tensões existentes entre os Direitos Humanos e Fundamentais. **Revista Consultor Jurídico**. ARTIGO. Publ. 23 jan. 2015. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2015-jan-23/direitos-fundamentais-aproximacoes-tensoes-existentes-entre-direitos-humanos-fundamentais>.

YOUTUBE, Filme. **Araguaia:** A Conspiração do Silêncio. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oRw8NXSehcU>.

1. Acadêmico do 10º Período de Direito pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. E-mail: Cleitonpazello@edu.univali.br. [↑](#footnote-ref-1)
2. TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Tratado de Direitos Internacionais dos Direitos Humanos**. v. II. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 2003. p. 111. [↑](#footnote-ref-2)
3. PINHEIRO, Flávia de Campos. **A evolução dos direitos fundamentais e os documentos internacionais para a sua proteção**. São Paulo: PUC-SP, 2008. p. 10. [↑](#footnote-ref-3)
4. SARLET, Ingo Wolfgang. DireitosFundamentais**:** As aproximações e tensões existentes entre os Direitos Humanos e Fundamentais. **Revista Consultor Jurídico**. ARTIGO. Publ. 23 jan. 2015. pp. 01-02. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2015-jan-23/direitos-fundamentais-aproximacoes-tensoes-existentes-entre-direitos-humanos-fundamentais>. Acesso em: 3 out. 2022. [↑](#footnote-ref-4)
5. SARLET, Ingo Wolfgang. DireitosFundamentais**:** As aproximações e tensões existentes entre os Direitos Humanos e Fundamentais. **Revista Consultor Jurídico**. pp. 01-02. [↑](#footnote-ref-5)
6. DUDH, Declaração Universal dos Direitos Humanos. **O que são Direitos Humanos?** Documento disponível na versão online. pp. 01-03. Disponível em: http://www.dudh.org.br/declaracao/. Acesso em: 3 out. 2022. [↑](#footnote-ref-6)
7. DUDH, Declaração Universal dos Direitos Humanos. **O que são Direitos Humanos?** pp. 01-03. [↑](#footnote-ref-7)
8. DUDH, Declaração Universal dos Direitos Humanos. **A Declaração**. Documento disponível na versão online. pp. 01-03. Disponível em: http://www.dudh.org.br/declaracao/. Acesso em: 3 out. 2022. [↑](#footnote-ref-8)
9. MARTINS NETO, João dos Passos. **Direitos Fundamentais:** conceito, função e tipos. p. 95. [↑](#footnote-ref-9)
10. BRASIL. Ministério da Justiça. **Declaração Universal dos Direitos Humanos garante igualdade social:** Base Legal. Portal Brasil - Cidadania e Justiça. Publ. 22 dez. 2014. pp. 01-02. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2009/11/declaracao-universal-dos-direitos-humanos-garante-igualdade-social>. Acesso em: 3 out. 2022. [↑](#footnote-ref-10)
11. BRASIL. Ministério da Justiça. **Declaração Universal dos Direitos Humanos garante igualdade social:** Base Legal. Portal Brasil - Cidadania e Justiça. pp. 01-02. [↑](#footnote-ref-11)
12. BRASIL. Ministério da Justiça. **Declaração Universal dos Direitos Humanos garante igualdade social:** Base Legal. Portal Brasil - Cidadania e Justiça. pp. 01-02. [↑](#footnote-ref-12)
13. DUDH, Declaração Universal dos Direitos Humanos. **A Declaração**. Documento disponível na versão online. pp. 01-03. Disponível em: http://www.dudh.org.br/declaracao/. Acesso em: 4 out. 2022. [↑](#footnote-ref-13)
14. TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Tratado de Direitos Internacionais dos Direitos Humanos**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 2003, v. 2. p. 113. [↑](#footnote-ref-14)
15. TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Tratado de Direitos Internacionais dos Direitos Humanos**. p. 113. [↑](#footnote-ref-15)
16. PINHEIRO, Flávia de Campos. **A evolução dos direitos fundamentais e os documentos internacionais para a sua proteção**. p. 06. [↑](#footnote-ref-16)
17. BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Versão disponível em arquivo PDF. pp. 01-03. Disponível em: <http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/7/docs/declaracao_universal_dos_direitos_do_homem.pdf>. Acesso em: 4 out. 2022. [↑](#footnote-ref-17)
18. BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. pp. 01-03. [↑](#footnote-ref-18)
19. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 4 out. 2022. [↑](#footnote-ref-19)
20. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. [↑](#footnote-ref-20)
21. TEIXEIRA, Flávia Camello. **Da Tortura**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. p. 08. [↑](#footnote-ref-21)
22. BIERRENBACH, Scheila; LIMA, Walberto Fernandes. **Comentários à Lei de Tortura:** Aspectos Penais e Processuais Penais. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2006. p. 106. [↑](#footnote-ref-22)
23. BIERRENBACH, Scheila; LIMA, Walberto Fernandes. **Comentários à Lei de Tortura:** Aspectos Penais e Processuais Penais. p. 105. [↑](#footnote-ref-23)
24. ***Bula Ad Extirpanda:*** Apresenta-se tradução do documento histórico Bula Ad Extirpanda, do Papa Inocêncio IV, a qual legitima a realização de atos de tortura durante a inquisição. Promulgação de Leis e Constituições que devem ser observadas por Magistrados, e Oficiais seculares contra Hereges, e os cúmplices e protetores deles. Nesse sentido, ver: PINHO, Guilherme Rosa. **Bula Ad Extirpanda:** Tradução. ARTIGO. Publ. dez. 2014. p. 01. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/34779/bula-ad-extirpanda-traducao>. Acesso em: 7 out. 2022. [↑](#footnote-ref-24)
25. BIERRENBACH, Scheila; LIMA, Walberto Fernandes. **Comentários à Lei de Tortura:** Aspectos Penais e Processuais Penais. p. 105. [↑](#footnote-ref-25)
26. BIERRENBACH, Scheila; LIMA, Walberto Fernandes. **Comentários à Lei de Tortura:** Aspectos Penais e Processuais Penais. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2006. p. 105. [↑](#footnote-ref-26)
27. BIERRENBACH, Scheila; LIMA, Walberto Fernandes. **Comentários à Lei de Tortura:** Aspectos Penais e Processuais Penais. p. 105. [↑](#footnote-ref-27)
28. TEIXEIRA, Flávia Camello. **Da Tortura**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. p. 17. [↑](#footnote-ref-28)
29. ESTATUTO, de Worms (1948). **Tratado de Direito Penal Allemão:** pelo Dr. Franz Von Liszzt, professor da Universidade de Halle. Rio De janeiro: Typographia Leuzinger, 1899. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bd000147.pdf>. Acesso em: 5 out. 2022. [↑](#footnote-ref-29)
30. ORDENAÇÃO, Criminal de Bamberg (1507). **Tratado de Direito Penal Allemão:** pelo Dr. Franz Von Liszzt, professor da Universidade de Halle. Rio De janeiro: Typographia Leuzinger, 1899. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bd000147.pdf>. Acesso em: 5 out. 2022. [↑](#footnote-ref-30)
31. CONSTITUTIO, Criminalis Carolina (1532). **Tratado de Direito Penal Allemão:** pelo Dr. Franz Von Liszzt, professor da Universidade de Halle. Rio De janeiro: Typographia Leuzinger, 1899. [↑](#footnote-ref-31)
32. SOKOLOWSKI, Mateus. **Identidades, cultura e política nas cantigas de Afonso X o Sábio (1252-1284)**. Artigo. Revista UFPR. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/viewFile/37351/24410>. Acesso em: 6 out. 2022. [↑](#footnote-ref-32)
33. TEIXEIRA, Flávia Camello. **Da Tortura**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. p. 17. [↑](#footnote-ref-33)
34. CÓDIGO, Afonsino (1446). **Ordenações Afonsinas**. Disponível em: <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/>. Acesso em: 6 out. 2022. [↑](#footnote-ref-34)
35. CÓDIGO, Filipino (1603). **Ordenações Filipinas**. Disponível em: http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm. Acesso em: 2 out. 2022. [↑](#footnote-ref-35)
36. TEIXEIRA, Flávia Camello. **Da Tortura**. p. 17. [↑](#footnote-ref-36)
37. TOLEDO, Francisco Assis. **Sobre o Crime de Tortura na recente Lei 9.455/97**. Justiça Penal: Tortura, Crime Militar, Habeas Corpus. v. 5, n. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997. p. 09. [↑](#footnote-ref-37)
38. TOLEDO, Francisco Assis. Sobre o Crime de Tortura na recente Lei 9.455/97. Justiça Penal: Tortura, Crime Militar, Habeas Corpus. v. 5, n. 1. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 1997. p. 09. [↑](#footnote-ref-38)
39. COIMBRA, Mario. Tratamento Injusto Penal da Tortura. São Paulo: **Revista dos Tribunais.** p. 09. [↑](#footnote-ref-39)
40. COIMBRA, Mario. **Tratamento Injusto Penal da Tortura**. p. 09. [↑](#footnote-ref-40)
41. BIERRENBACH, Scheila; LIMA, Walberto Fernandes. **Comentários à Lei de Tortura:** Aspectos Penais e Processuais Penais. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2006. p. 06. [↑](#footnote-ref-41)
42. BIERRENBACH, Scheila; LIMA, Walberto Fernandes. **Comentários à Lei de Tortura:** Aspectos Penais e Processuais Penais. p. 06. [↑](#footnote-ref-42)
43. BRASIL. **Decreto Nº 40, de 15 de fevereiro de 1991**. Promulga a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0040.htm>. Acesso em: 2 out. 2022. [↑](#footnote-ref-43)
44. BRASIL. **Decreto Nº 40, de 15 de fevereiro de 1991**. [↑](#footnote-ref-44)
45. BRASIL. **Decreto Nº 40, de 15 de fevereiro de 1991**. Promulga a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0040.htm>. Acesso em: 2 out. 2022. [↑](#footnote-ref-45)
46. BRASIL. **Lei Nº 9.455, de 07 de abril de 1997**. Define os crimes de tortura e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9455.htm>. Acesso em: 3 out. 2022. [↑](#footnote-ref-46)
47. TEIXEIRA, Flávia Camello. **Da Tortura**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. p. 08. [↑](#footnote-ref-47)
48. TEIXEIRA, Flávia Camello. **Da Tortura**. p. 08. [↑](#footnote-ref-48)
49. TEIXEIRA, Flávia Camello. **Da Tortura**. p. 08. [↑](#footnote-ref-49)
50. TEIXEIRA, Flávia Camello. **Da Tortura**. p. 08. [↑](#footnote-ref-50)
51. GOMES, Luiz Flávio; MAZZUOLLI, Valério de Oliveira. **Crimes da Ditadura Militar:** uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos. p. 75. [↑](#footnote-ref-51)
52. GOMES, Luiz Flávio; MAZZUOLLI, Valério de Oliveira. **Crimes da Ditadura Militar:** uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos. p. 75. [↑](#footnote-ref-52)
53. BRASIL. **Lei Nº 6.683, de 28 de agosto de 1979**. Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>. Acesso em: 3 out. 2022. [↑](#footnote-ref-53)
54. PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 13. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 121. [↑](#footnote-ref-54)
55. PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. p. 121. [↑](#footnote-ref-55)
56. GOMES, Luiz Flávio; MAZZUOLLI, Valério de Oliveira. **Crimes da Ditadura Militar:** uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. pp. 75-77. [↑](#footnote-ref-56)
57. BRASIL. **Ato Inconstitucional Nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 3 out. 2022. [↑](#footnote-ref-57)
58. GOMES, Luiz Flávio; MAZZUOLLI, Valério de Oliveira. **Crimes da Ditadura Militar:** uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos. pp. 75-77. [↑](#footnote-ref-58)
59. GOMES, Luiz Flávio; MAZZUOLLI, Valério de Oliveira. **Crimes da Ditadura Militar:** uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. pp. 75-77. [↑](#footnote-ref-59)
60. BRASIL. **Lei Nº 6.683, de 28 de agosto de 1979**. Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>. Acesso em: 28 set. 2022. [↑](#footnote-ref-60)
61. BRASIL. **Lei Nº 6.683, de 28 de agosto de 1979**. [↑](#footnote-ref-61)
62. PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 13. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 123. [↑](#footnote-ref-62)
63. OEA. Organização dos Estados Americanos. **Mais direitos, para mais pessoas**. pp. 01-02. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/>. Acesso em: 28 set. 2022. [↑](#footnote-ref-63)
64. PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 13. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 123. [↑](#footnote-ref-64)
65. MACIEL, Lício. **Guerrilha do Araguaia:** Relato de um combate. São Paulo: Schoba Ebook, 2011. p. 23. [↑](#footnote-ref-65)
66. ACERVO, O Globo. **Em Foco: Guerrilha do Araguaia**. Disponível em: http://acervo.oglobo.globo.com/fotogalerias/guerrilha-do-araguaia-9529189. Acesso em: 5 out. 2022. [↑](#footnote-ref-66)
67. MACIEL, Lício. **Guerrilha do Araguaia:** Relato de um combate. São Paulo: Schoba Ebook, 2011. p. 23. [↑](#footnote-ref-67)
68. MACIEL, Lício. **Guerrilha do Araguaia:** Relato de um combate. [↑](#footnote-ref-68)
69. AMORIM, Carlos. **Araguaia:** História de Amor e de Guerra. Rio de Janeiro: Record, 2014. p. 101. [↑](#footnote-ref-69)
70. AMORIM, Carlos. **Araguaia:** História de Amor e de Guerra. p. 101. [↑](#footnote-ref-70)
71. AMORIM, Carlos. **Araguaia:** História de Amor e de Guerra. 2014. p. 101. [↑](#footnote-ref-71)
72. MACIEL, Lício. **Guerrilha do Araguaia:** Relato de um combate. p. 23. [↑](#footnote-ref-72)
73. AMORIM, Carlos. **Araguaia:** História de Amor e de Guerra. p. 101. [↑](#footnote-ref-73)
74. AMORIM, Carlos. **Araguaia:** História de Amor e de Guerra. Rio de Janeiro: Record, 2014.p. 101. [↑](#footnote-ref-74)
75. AMORIM, Carlos. **Araguaia:** História de Amor e de Guerra. p. 101. [↑](#footnote-ref-75)
76. AMORIM, Carlos. **Araguaia:** História de Amor e de Guerra. p. 101. [↑](#footnote-ref-76)
77. MACIEL, Lício. **Guerrilha do Araguaia:** Relato de um combate. São Paulo: Schoba Ebook, 2011. p. 23. [↑](#footnote-ref-77)
78. MACIEL, Lício. **Guerrilha do Araguaia:** Relato de um combate. p. 23. [↑](#footnote-ref-78)
79. AMORIM, Carlos. **Araguaia:** História de Amor e de Guerra. Rio de Janeiro: Record, 2014.p. 101. [↑](#footnote-ref-79)
80. YOUTUBE, Filme. **Araguaia:** A Conspiração do Silêncio. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=oRw8NXSehcU. Acesso em: 5 out. 2022. [↑](#footnote-ref-80)
81. GASPERI, Hélio. ADitadura Escancarada. *In*: **As Ilusões**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. v. 2. p. 453. [↑](#footnote-ref-81)
82. GASPERI, Hélio. ADitadura Escancarada. *In*: **As Ilusões**. p. 453. [↑](#footnote-ref-82)
83. GASPERI, Hélio. ADitadura Escancarada. *In*: **As Ilusões**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. v. 2. p. 453. [↑](#footnote-ref-83)
84. GASPERI, Hélio. A Ditadura Escancarada. *In*: **As Ilusões**. p. 453. [↑](#footnote-ref-84)
85. MORAIS, Tais de. SILVA, Eumano. **Operação Araguaia:** os Arquivos Secretos da Guerrilha. São Paulo: Geração, 2005. p. 657. [↑](#footnote-ref-85)
86. MORAIS, Tais de. SILVA, Eumano. **Operação Araguaia:** os Arquivos Secretos da Guerrilha. p. 657. [↑](#footnote-ref-86)
87. MORAIS, Tais de. SILVA, Eumano. **Operação Araguaia:** os Arquivos Secretos da Guerrilha. São Paulo: Geração, 2005. p. 658. [↑](#footnote-ref-87)
88. GASPERI, Hélio. **A Ditadura Escancarada**. In: As Ilusões. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. v. 2. p. 454. [↑](#footnote-ref-88)
89. PORTELA, Fernando. **Guerra de Guerrilha no Brasil:** A Saga do Araguaia (nova entrevista de José Genoíno). São Paulo: Terceiro Nome, 2002. p. 317 [↑](#footnote-ref-89)
90. PORTELA, Fernando. **Guerra de Guerrilha no Brasil:** A Saga do Araguaia (nova entrevista de José Genoíno). São Paulo: Terceiro Nome, 2002. p. 317 [↑](#footnote-ref-90)
91. MORAIS, Tais de. SILVA, Eumano. **Operação Araguaia:** os Arquivos Secretos da Guerrilha. São Paulo: Geração, 2005. p. 658. [↑](#footnote-ref-91)
92. MORAIS, Tais de. SILVA, Eumano. **Operação Araguaia:** os Arquivos Secretos da Guerrilha. p. 658. [↑](#footnote-ref-92)
93. GASPERI, Hélio. A Ditadura Escancarada. *In*: **As Ilusões**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. v. 2. p. 455. [↑](#footnote-ref-93)
94. PORTELA, Fernando. **Guerra de Guerrilha no Brasil:** A Saga do Araguaia (nova entrevista de José Genoíno). São Paulo: Terceiro Nome, 2002. p. 317 [↑](#footnote-ref-94)
95. MORAIS, Tais de. SILVA, Eumano. **Operação Araguaia:** os Arquivos Secretos da Guerrilha. São Paulo: Geração, 2005. p. 658. [↑](#footnote-ref-95)
96. MORAIS, Tais de. SILVA, Eumano. **Operação Araguaia:** os Arquivos Secretos da Guerrilha. p. 656. [↑](#footnote-ref-96)
97. PORTELA, Fernando. **Guerra de Guerrilha no Brasil:** A Saga do Araguaia (nova entrevista de José Genoíno). São Paulo: Terceiro Nome, 2002. p. 318 [↑](#footnote-ref-97)
98. PORTELA, Fernando. **Guerra de Guerrilha no Brasil:** A Saga do Araguaia (nova entrevista de José Genoíno). São Paulo: Terceiro Nome, 2002. p. 318. [↑](#footnote-ref-98)
99. GASPERI, Hélio. A Ditadura Escancarada. *In*: **As Ilusões**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. v. 2. p. 455. [↑](#footnote-ref-99)
100. MORAIS, Tais de. SILVA, Eumano. **Operação Araguaia:** os Arquivos Secretos da Guerrilha. São Paulo: Geração, 2005. p. 656. [↑](#footnote-ref-100)
101. GASPERI, Hélio. A Ditadura Escancarada. *In*: **As Ilusões**. p. 455. [↑](#footnote-ref-101)
102. MORAIS, Tais de. SILVA, Eumano. **Operação Araguaia:** os Arquivos Secretos da Guerrilha. p. 656. [↑](#footnote-ref-102)
103. MORAIS, Tais de. SILVA, Eumano. **Operação Araguaia:** os Arquivos Secretos da Guerrilha. São Paulo: Geração, 2005. p. 656. [↑](#footnote-ref-103)
104. PORTELA, Fernando. **Guerra de Guerrilha no Brasil:** A Saga do Araguaia (nova entrevista de José Genoíno). São Paulo: Terceiro Nome, 2002. p. 318. [↑](#footnote-ref-104)
105. MORAIS, Tais de. SILVA, Eumano. **Operação Araguaia:** os Arquivos Secretos da Guerrilha. p. 656. [↑](#footnote-ref-105)
106. MORAIS, Tais de. SILVA, Eumano. **Operação Araguaia:** os Arquivos Secretos da Guerrilha. p. 656. [↑](#footnote-ref-106)
107. CARDOSO, Maurício. **Direitos Humanos:** Brasil terá de investigar Guerrilha do Araguaia. ARTIGO. Consultor Jurídico. Publ. 14 dez. 2010. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2010-dez-14/corte-interamericana-manda-brasil-investigar-guerrilha-araguaia>. Acesso em: 4 out. 2022. [↑](#footnote-ref-107)
108. CARDOSO, Maurício. **Direitos Humanos:** Brasil terá de investigar Guerrilha do Araguaia. ARTIGO. Consultor Jurídico. Publ. 14 dez. 2010. pp. 01-04. [↑](#footnote-ref-108)
109. ORGANIZAÇÃO, dos Estados Americanos; COMISSÃO, Interamericana de Direitos Humanos. **Demanda perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, Caso 11.552 Julia Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) contra a República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.cidh.org/demandas/11.552%20Guerrilha%20do%20Araguaia%20Brasil%2026mar09%20PORT.pdf>. Acesso em: 5 out. 2022. [↑](#footnote-ref-109)
110. SORRENTINO, Walter. **Comissão de Anistia julga 187 processos da Guerrilha do Araguaia**. ARTIGO. Sorrentino Projetos para o Brasil. Publ. 25 ago. 2015. pp. 01-03. Disponível em: <http://waltersorrentino.com.br/2015/08/25/comissao-de-anistia-julga-187-processos-da-guerrilha-do-araguaia/>. Acesso em: 5 out. 2022. [↑](#footnote-ref-110)
111. SORRENTINO, Walter. **Comissão de Anistia julga 187 processos da Guerrilha do Araguaia**. ARTIGO. Sorrentino Projetos para o Brasil. Publ. 25 ago. 2015. pp. 01-03. [↑](#footnote-ref-111)
112. GOMES, Luiz Flávio; MAZZUOLLI, Valério de Oliveira. **Crimes da Ditadura Militar:** uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. pp. 51. [↑](#footnote-ref-112)
113. NASCIMENTO, Durbnes Martins. Guerrilha no Brasil**:** Uma crítica à tese do "Suicídio Revolucionário em voga nos anos 80 e 90". **Revista Cantareira**. n. 5, vol. 1, ano 2. Pará, 2004. pp. 09-10. [↑](#footnote-ref-113)
114. NASCIMENTO, Durbnes Martins. Guerrilha no Brasil: Uma crítica à tese do "Suicídio Revolucionário em voga nos anos 80 e 90". **Revista Cantareira**. n. 5, vol. 1, ano 2. Pará, 2004. pp. 09-10. [↑](#footnote-ref-114)
115. NASCIMENTO, Durbnes Martins. **Guerrilha no Brasil:** Uma crítica à tese do "Suicídio Revolucionário em voga nos anos 80 e 90". pp. 09-10. [↑](#footnote-ref-115)
116. CORTE, Interamericana de Direitos Humanos. **Decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso "Gomes Lund e outros vs. Brasil: Guerrilha do Araguaia vs. Brasil" (Guerrilha do Araguaia)**. p. 38-45-64. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/21097/21097_5.PDF>. Acesso em: 3 out. 2022. [↑](#footnote-ref-116)
117. CORTE, Interamericana de Direitos Humanos. **Decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso "Gomes Lund e outros vs. Brasil: Guerrilha do Araguaia vs. Brasil" (Guerrilha do Araguaia)**. p. 38-45-64. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/21097/21097_5.PDF>. Acesso em: 3 out. 2022. [↑](#footnote-ref-117)
118. CORTE, Interamericana de Direitos Humanos. **Decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso "Gomes Lund e outros vs. Brasil: Guerrilha do Araguaia vs. Brasil" (Guerrilha do Araguaia)**. p. 38-45-64. [↑](#footnote-ref-118)
119. CORTE, Interamericana de Direitos Humanos. **Decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso "Gomes Lund e outros vs. Brasil: Guerrilha do Araguaia vs. Brasil" (Guerrilha do Araguaia)**. p. 38-45-64. [↑](#footnote-ref-119)
120. CARDOSO, Maurício. **Direitos Humanos:** Brasil terá de investigar Guerrilha do Araguaia. ARTIGO. Consultor Jurídico. Publ. 14 dez. 2010. pp. 01-04. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2010-dez-14/corte-interamericana-manda-brasil-investigar-guerrilha-araguaia>. Acesso em: 3 out. 2022. [↑](#footnote-ref-120)
121. CARDOSO, Maurício. **Direitos Humanos:** Brasil terá de investigar Guerrilha do Araguaia. ARTIGO. Consultor Jurídico. Publ. 14 dez. 2010. pp. 01-04. [↑](#footnote-ref-121)
122. SORRENTINO, Walter. **Comissão de Anistia julga 187 processos da Guerrilha do Araguaia**. ARTIGO. Sorrentino Projetos para o Brasil. Publ. 25 ago. 2015. pp. 01-03. Disponível em: <http://waltersorrentino.com.br/2015/08/25/comissao-de-anistia-julga-187-processos-da-guerrilha-do-araguaia/>. Acesso em: 3 out. 2022. [↑](#footnote-ref-122)
123. CARDOSO, Maurício. **Direitos Humanos:** Brasil terá de investigar Guerrilha do Araguaia. ARTIGO. Consultor Jurídico. Publ. 14 dez. 2010. pp. 01-04. [↑](#footnote-ref-123)
124. CARDOSO, Maurício. **Direitos Humanos:** Brasil terá de investigar Guerrilha do Araguaia. ARTIGO. Consultor Jurídico. Publ. 14 dez. 2010. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2010-dez-14/corte-interamericana-manda-brasil-investigar-guerrilha-araguaia>. Acesso em: 2 out. 2022. [↑](#footnote-ref-124)
125. CARDOSO, Maurício. **Direitos Humanos:** Brasil terá de investigar Guerrilha do Araguaia. ARTIGO. Consultor Jurídico. Publ. 14 dez. 2010. [↑](#footnote-ref-125)
126. CARDOSO, Maurício. **Direitos Humanos:** Brasil terá de investigar Guerrilha do Araguaia. ARTIGO. Consultor Jurídico. Publ. 14 dez. 2010. [↑](#footnote-ref-126)
127. CARDOSO, Maurício. **Direitos Humanos:** Brasil terá de investigar Guerrilha do Araguaia. ARTIGO. Consultor Jurídico. Publ. 14 dez. 2010. pp. 01-04. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2010-dez-14/corte-interamericana-manda-brasil-investigar-guerrilha-araguaia>. Acesso em: 2 out. 2022. [↑](#footnote-ref-127)
128. SORRENTINO, Walter. **Comissão de Anistia julga 187 processos da Guerrilha do Araguaia**. ARTIGO. Sorrentino Projetos para o Brasil. Publ. 25 ago. 2015. pp. 01-03. Disponível em: <http://waltersorrentino.com.br/2015/08/25/comissao-de-anistia-julga-187-processos-da-guerrilha-do-araguaia/>. Acesso em: 2 out. 2022. [↑](#footnote-ref-128)
129. SORRENTINO, Walter. **Comissão de Anistia julga 187 processos da Guerrilha do Araguaia**. ARTIGO. Sorrentino Projetos para o Brasil. Publ. 25 ago. 2015. pp. 01-03. [↑](#footnote-ref-129)
130. DIREITOS HUMANOS. Secretaria Especial. **Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos realiza audiência em Marabá sobre os desaparecidos políticos na Guerrilha do Araguaia**. Ministério da Justiça e Cidadania. NOTICIA. Publ. 16 nov. 2016. pp. 01-02. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/noticias/2016/novembro/comissao-especial-sobre-mortos-e-desaparecidos-politicos-realiza-audiencia-em-maraba-sobre-os-desaparecidos-politicos-na-guerrilha-do-araguaia>. Acesso em: 3 out. 2022. [↑](#footnote-ref-130)
131. DIREITOS HUMANOS. Secretaria Especial. **Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos realiza audiência em Marabá sobre os desaparecidos políticos na Guerrilha do Araguaia**. Ministério da Justiça e Cidadania. NOTICIA. Publ. 16 nov. 2016. pp. 01-02. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/noticias/2016/novembro/comissao-especial-sobre-mortos-e-desaparecidos-politicos-realiza-audiencia-em-maraba-sobre-os-desaparecidos-politicos-na-guerrilha-do-araguaia>. Acesso em: 2 out. 2022. [↑](#footnote-ref-131)
132. DIREITOS HUMANOS. Secretaria Especial. **Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos realiza audiência em Marabá sobre os desaparecidos políticos na Guerrilha do Araguaia**. Ministério da Justiça e Cidadania. NOTICIA. Publ. 16 nov. 2016. pp. 01-02. [↑](#footnote-ref-132)
133. BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Versão disponível em arquivo PDF. pp. 01-03. Disponível em: <http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/7/docs/declaracao_universal_dos_direitos_do_homem.pdf>. Acesso em: 7 set. 2016. Nesse sentido: **Art. 3º** - Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. [...]. **Art. 5º** - Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. [↑](#footnote-ref-133)
134. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 10 set. 2016. Nesse sentido: **Art. 5º** - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...]. [↑](#footnote-ref-134)
135. BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Versão disponível em arquivo PDF. pp. 01-03. Disponível em: <http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/7/docs/declaracao_universal_dos_direitos_do_homem.pdf>. Acesso em: 7 set. 2016. Nesse sentido: **Art. 3º** - Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. [...]. **Art. 5º** - Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. [↑](#footnote-ref-135)
136. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 10 set. 2016. Nesse sentido: **Art. 5º** - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...]. [↑](#footnote-ref-136)